

COMBATE

A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES

Solidariedade com os ex-G.A.R.I.	pag.22
Soldados franceses lutam contra o exército	pag.22
Espanha	pag.13
Irlanda	pag.11

LUTAS NA HOTELARIA

HOTEL BAÍA EM AUTOGESTÃO

PORQUE LIBERTAM OS PIDEIS ? PARA NÃO PRENDER OS GENERAIS!

ver pag. 24

Em Itália, os proprietários dos grandes cadáveres de Hotéis estão a abandoná-los. Só em Milão, estão em autogestão mais de uma dezena de grandes Hotéis

E NÓS CÁ, NÃO?!



a longa luta do Café S. Carlos

Café Paris: delegados sindicais na luta dos trabalhadores

AUTOGESTÃO: REVOLUÇÃO OU RENTABILIDADE?

Luta no Hotel Baia

No verão de 1974 face à intenção, declarada pelo patrão, de não cumprir o Contrato Colectivo de Trabalho, os trabalhadores do HOTEL BAIA (CASCAIS) organizaram-se, elegendo uma Comissão de Trabalhadores. O patrão declarou a incapacidade da Empresa suportar os salários mínimos acordados no C.C.T. e perante a insistência dos trabalhadores, apresentou-lhes as contas.

Enquanto o patrão prosseguia numa gestão que cada vez mais afundava a Empresa: retirava mesas e cadeiras da esplanada, boicotava o aprovisionamento em bebidas e despedia trabalhadores; estes hesitavam em tomar, eles mesmos, as responsabilidades da gerência, por não se julgarem capazes.

Durante algum tempo, e dadas as dificuldades cada vez maiores nas relações com o patrão, este foi substituído por um filho, com quem os trabalhadores consideravam possível o entendimento.

Finalmente, em Julho de 1975, perante a exigência do patrão em voltar à gerência e pressionados pelos camaradas para encontrarem uma solução, os trabalhadores da C.T. decidiram-se a assumir a gestão do Hotel. Essa decisão seguiu-se a um inesperado finca-pé do patrão, que queria despedir um grunete, contratado durante a gerência do filho, ao que os trabalhadores começaram por responder com a greve.

Acerca da gestão patronal, declarou um trabalhador: "Ele se não trabalhava melhor era porque não queria. Propusemos várias alternativas: contratos com o INATEL-FNAT, vários contratos que se estavam a fazer na altura; -- Que não senhor, no Hotel dele só queria clientes estrangeiros; -- Ora na altura, estrangeiros, nem vê-los!"

Quando os trabalhadores tomaram nas suas mãos a gerência do Hotel, a Empresa tinha cerca de 1700 contos de dívidas a fornecedores e cerca de 400 contos, descontados aos trabalhadores pelo patrão, não tinham sido enviados para a Caixa de Previdência. Face ao corte de subsídios por parte daquela instituição, os trabalhadores viriam a pagar essa dívida; assim como as dívidas aos fornecedores.

Um trabalhador descreve assim o início da gestão feita por eles próprios: "No princípio éramos 73 trabalhadores. Pagámos nisto sem um tostão. Houve até mulheres que começaram a chorar. Isto era dia 9. Nós lá com as nossas possibilidades e os contratos que fizemos logo nesse mês... e o Ministério do Trabalho ajudou-nos mesmo; obrigaram o patrão a dar-nos a chave da quinta, para lá irmos buscar as mesas e cadeiras que lá estavam.

Aumentámos a esplanada, que estava a fazer uma média de 9 contos (quando fazia 10 contos já ele dizia que era um bom dia), depois do aumento passámos a fazer uma média de 30 contos por dia. Logo nesse mês fizemos 600 contos.

A maior parte nem folgava 90%. Não havia horas de descanso, eram 12,13h.. se era preciso vir de noite, vinha-se. No fim desse mesmo mês de Julho pagámos os ordenados novos, que era mais 200 contos. Daí para cá pagámos sempre pelo C.C.T.

Andámos aqui cerca de um ano sem folgas, sempre os mesmos empregados. Depois vieram dificuldades... as reuniões no M.T., que nós esgotavam. Após um dia de trabalho tínhamos que ir para lá.

Lá conseguimos equilibrar a coisa. Depois começámos a angariar fundos, a admitir mais pessoal. Actualmente estamos com 104 e as perspectivas são para admitir mais pessoal... E chegámos a pagar as dívidas todas!"

No Verão de 1976 a C.T. dirigiu-se aos jornais com o objectivo de divulgar a sua luta. O que nos levou a contactar com estes trabalhadores. Falámos com um elemento da Comissão de Trabalhadores e o actual Director

Este, tendo começado por apoiar os trabalhadores do Baia como delegado sindical, viria a ser integrado nos quadros da Empresa onde assume a função técnica de direcção.

Antes da Autogestão

COMBATE - Até à altura de serem, vocês mesmos, o Hotel, já existia uma Comissão de Trabalhadores... ?

Elemento da C.T. (A) - Era uma C.T. que existia na altura para ver dos interesses dos trabalhadores; e eles eram castigados, se não eram - Ele chegou-nos a apresentar listas de 5 ou 6 despedimentos colectivos, que nós não autorizámos.

COMBATE - Como é que essa Comissão foi eleita, quantos elementos eram?

A - Nessa altura éramos 9, salvo erro! Depois, quando saiu aquele decreto que só podíamos ser 3 trabalhadores por grupo, ficou reduzida. Temos feito de lá para cá, eleições consecutivas, e temos sido sempre os mesmos, desde o primeiro dia até ao último. Só entrou um elemento novo, que depois saiu e voltou a entrar.

cont. na p. 5

CAFÉ PARIS

Delegados Sindicais na luta dos trabalhadores

No CAFÉ PARIS desenrolou-se uma luta entre os trabalhadores e o patronato, em que paralelamente ao encerramento da casa "para obras" a administração pretendia prescindir de 12 pessoas, como se de objectos se tratassem, "para dar rentabilidade". Lá tivemos ocasião de falar com dois delegados sindicais, um elemento da Comissão de Trabalhadores que ocasional-

mente surgiram. Eis como se processou a conversa:

COMBATE - Como surgiu a luta aqui no CAFÉ PARIS? Quais foram as causas?

1º Delegado sindical - Não sei se sabem que isto é uma "multinacional"... É do grupo CUF -- a GERTAL -- e do Jacques Borel francesa.

cont. na p. 14

O grupo Jacques Borel International, com sede em França, é uma das empresas hoteleiras com uma ascensão mais rápida nos últimos anos. Os seus lucros líquidos foram, em 1969, de 4 milhões de francos e, em 1974, de 16,2 milhões de francos. Prevista, nessa altura, multiplicar oito vezes os seus lucros líquidos de 1974 até 1980.

Posteriormente, Jacques Borel International comprou o grupo hoteleiro Sofitel, possuindo juntos, em 1975, 25 hotéis, e programando terem 45 nos finais de 1976. Porém, a compra da Sofitel revelou-se uma armadilha, pois a situação financeira dessa empresa não era boa. A partir de então o grupo J. Borel tem estado sob fortes pressões de Bolsa, por parte de concorrentes cuja identidade exacta não conseguiu ainda determinar, e supõe-se que a "armadilha" da Sofitel fosse um elemento nessas pressões.

Não é muito frequente que os jornais publiquem análises estatísticas respeitantes aos vários problemas da vida económica e social. E, quando isso acontece, os trabalhadores não dão em geral a devida atenção a esses estudos. Para isso contribui, por um lado, a própria cultura capitalista, que classifica esses problemas como complexos, reservados só a elites; por outro lado, a maneira geralmente demasiado teórica como as estatísticas e as análises económicas são apresentadas. Mas uma compreensão mais exacta da realidade e da acção revolucionária dos trabalhadores exige que nos debruçemos sobre a leitura das estatísticas e que interpretemos essas fontes de informação.

Num número especialmente dedicado a lutas no sector da hotelaria e dos restaurantes, é importante analisar sob diversos ângulos a actividade que está na base desse ramo económico: o turismo.

I - O papel do turismo na economia portuguesa das últimas décadas

A industrialização da economia portuguesa começou a desenvolver-se mais rapidamente com a segunda guerra mundial. Aconteceu no entanto a Portugal o que acontece à esmagadora maioria dos países num mercado mundial dominado por um pequeno grupo de países altamente industrializados: embora a indústria capitalista em Portugal se desenvolvesse rapidamente, os grandes países industriais eram cada vez mais competitivos. Isto quer dizer que, por um lado, dominavam cada vez mais o mercado mundial e, por outro, produziam em exclusividade todos os produtos de maior valor. Resulta daqui uma consequência muito importante, que o capitalismo português, tal como o dos outros países, não deixou de sofrer: o valor médio dos produtos exportados crescia menos do que o valor médio dos importados.

Quanto mais a indústria capitalista portuguesa se desenvolve, mais precisa de importar matérias-primas

TURISMO

Quantos entram? Quantos trabalham? e quem ganha?

e máquinas, etc., pelo seu grau de elaboração e complexidade tecnológica, não podem ser fabricados entre nós. Isto quer dizer que o próprio desenvolvimento capitalista do país exige que sejam importados produtos cada vez mais valiosos, para se exportarem produtos que, proporcionalmente, têm menos valor. Esta é uma contradição muito importante que atinge as economias de todos os países que prosseguem em situação de inferioridade o seu desenvolvimento industrial capitalista.

Em termos estatísticos esta contradição significa que o dinheiro ganha com as exportações cobre, em cada ano que passa, uma parte cada vez menor do dinheiro que se despense nas importações. Quando o dinheiro gasto nas importações é superior ao que se obtém com as exportações diz-se que há um deficit na balança comercial. E quando esse deficit se acentua, diz-se que a balança comercial se agrava.

A que recorre o capitalismo português para remediar esta situação?

Durante um certo período aquilo que os capitalistas portugueses ganhavam no comércio com as colónias permitia-lhes compensar parcialmente o que perdiam no comércio com o estrangeiro. Porém, o começo e o prolongamento das lutas de independência

nacional desenvolvidas pelos povos das colónias transformou cada vez mais esta situação e, nos últimos anos do regime anterior, o comércio com as colónias era desfavorável aos capitalistas portugueses (o que teve, evidentemente, uma importância determinante na sua decisão de permitir a mudança de regime e proceder à descolonização). E, hoje, o comércio com as antigas colónias é deficitário.

Assim, é por outras vias que o capitalismo português procura compensar o agravamento do deficit da balança comercial: as remessas dos emigrantes, o turismo.

As remessas dos emigrantes e o turismo constituem entre nós a quase totalidade da balança dos invisíveis (assim chamada porque diz respeito a entradas ou saídas de dinheiro a que não correspondem transacções com quaisquer mercadorias visíveis). Sob este ponto de vista, a situação do capitalismo português caracteriza-se por procurar equilibrar o deficit da balança comercial com o excedente na balança dos invisíveis.

O leitor poderá ver estes aspectos descritos no quadro seguinte. (É conveniente saber que as remessas dos emigrantes constituem mais de 80% da rubrica "transferências privadas"). Para facilitar, a unidade de contagem são os mil contos.

Rubricas	1970	1971	1972	1973
1. Balança comercial	-14.340	-17.737	-18.294	-21.875
2. Balança de invisíveis	15.470	23.002	27.803	31.062
transferências privadas	13.875	18.266	21.831	25.569
turismo	3.573	5.313	6.470	6.865
outros	- 1.978	- 577	- 498	1.372
Total (1 + 2)	1.130	5.265	9.509	9.187

As remessas dos emigrantes, porém, são cada vez menos capazes de contribuir para este equilíbrio da balança total dos pagamentos. Por um lado, muitas famílias foram juntar-se aos parentes emigrados. Por outro lado, mais recentemente, a crise económica mundial diminuiu as facilidades de imigração, bem como os rendimentos de que os emigrantes podem dispor. 1971 marcou o ponto a partir do qual a taxa de crescimento das remessas dos emigrantes foi decrescendo. Nos anos de 1971 a 1975 as reservas dos emigrantes aumentaram a

uma taxa anual de pouco mais de 1/4 do que haviam aumentado nos anos de 1964 a 1971. E em 1975 essa taxa de crescimento foi negativa (em 1975 as remessas são inferiores em 3,8 milhões de contos ao que haviam sido em 1974).

É neste contexto geral que pode apreciar-se a importância do turismo para o capitalismo português. Embora as receitas do turismo estejam entre 1/3 e 1/4 das remessas dos emigrantes, ocupam, logo a seguir a estas, o segundo lugar na balança de invisíveis.

cont. na p. 4



Turismo

II-A situação do turismo nos últimos anos

Ao contrário do que pretendem muitas análises apressadas, feitas geralmente para fins meramente demagógicos, a crise do turismo em Portugal não começou com o 25 de Abril, e sim em 1973, expressão de uma crise mundial que começava então a fazer pressentir os seus efeitos iniciais. Em 1973 as receitas do turismo chegaram a um ponto máximo e, a partir daí, declinam muito acentuadamente em 1974 e quase verticalmente em 1975. Em 1975 as rubricas "entradas de estrangeiros" e "dormidas de estrangeiros" caíram quase ao nível de 1965.

Será curioso notar aqui que as "dormidas de nacionais em estabelecimentos hoteleiros" aumentaram no preciso momento em que se verificou a queda no turismo estrangeiro. A que se deve este fenómeno? Por um lado, ao aumento dos salários nacionais posterior ao 25 de Abril. As rubricas respeitantes às dormidas de nacionais em estabelecimentos hoteleiros, que se mantiveram quase inalteradas até 1972, tiveram uma ligeira subida entre 1972 e 1973, e subiram consideravelmente em 1974. Daí em diante, contribuiu para a subida em

flecha dessas "dormidas de nacionais" o problema do alojamento dos retornados.

Este problema é muito complexo, com incidências políticas e sociais, e não só económicas, mas interessamos agora unicamente pelo que diz respeito à hotelaria. O Estado paga ainda, actualmente (31 de Dezembro de 1976), 20 mil contos por dia para subsidiar o alojamento em hotéis e pensões a várias dezenas de milhares de retornados, o que permitiu a sobrevivência e, em muitos casos, enormes lucros, de todo um sector capitalista no preciso momento em que a queda do turismo de estrangeiros o punha em dificuldades. É fácil apercebermos-nos dos enormes efeitos inflacionistas destas despesas, sem qualquer correspondência produtiva (embora os sucessivos governos só se lembrem de acusar os salários dos operários de responsáveis pela inflação), mas é importante ter ainda em conta um outro aspecto:

Esses subsídios do Estado vão todos eles transformar-se em lucros num sector que está, salvo excepções muito raras, todo ele na mão de proprietários capitalistas particulares. O Estado não se limitou a resolver (ou a adiar a resolução...) do problema dos retornados mas, com o siste-

ma dos subsídios, resolveu directamente o problema dos proprietários particulares do sector hoteleiro. Além disso, são frequentes os discursos dos mais variados ministros e secretários que afirmam ser o ramo da hotelaria quase exclusivamente privado, o que obrigaria portanto o Estado a intervir nesse ramo em benefício dos capitalistas particulares. Ora, está muito longe de ser exacto que o ramo da hotelaria seja um sector privado por excelência.

Começemos por ver atentamente o seguinte quadro estatístico, em que se descrevem, nos últimos anos, os novos investimentos por parte do Estado, dos capitalistas particulares nacionais, e dos capitalistas particulares estrangeiros. Note-se, portanto, que é excluída desta descrição a rubrica "capitais próprios", que diz respeito ao reinvestimento dos lucros dos capitais já investidos no ramo. O quadro que se segue sublinha o aspecto dinâmico, isto é, a tendência de evolução do sector, respondendo portanto à pergunta — os novos capitais que afluem ao sector hoteleiro provêm sobretudo do Estado ou dos particulares? (A unidade de contagem são os mil contos.)

Anos	Hotéis+Hotéis Apart.+Moteis				Pensões+Estalagens+Pousadas			
	Total	Estr.	Estado	Partic.	Total	Est.	Estado	Partic.
1972	100% 916.796	6,6% 60.914	29,5% 270.267	63,9% 585.615	100% 86.680	—	50,4% 43.664	49,6% 43.016
1973	100% 1.240.455	31,8% 395.000	25,1% 310.864	43,1% 534.591	100% 86.173	—	60,8% 52.356	39,2% 33.817
1974	100% 1.138.642	18,8% 214.013	41,3% 469.784	39,9% 454.845	100% 93.935	—	71,5% 67.186	28,5% 26.749

Este quadro mostra claramente que a percentagem de novos capitais investidos por parte do Estado subiu muito rapidamente, enquanto descia consideravelmente a parte oriunda dos capitalistas particulares. Neste contexto, que significa afirmar que o turismo é "um sector de vocação privada", como fazem habitualmente os governantes? Significa que, enquanto o Estado, após o 11 de Março, alargou o âmbito do seu poder de gestão aos aspectos decisivos da generalidade dos ramos económicos, afastando os capitalistas particulares, no sector do turismo seguiu uma orientação diferente. Aqui o Estado continua a política salazarista tradicional de intervenção na economia em benefício dos capitalistas particulares. Em resumo, embora a acção do Estado no

sector do turismo fosse já crescente antes do 25 de Abril, tendo ainda sido incrementada posteriormente, mantém-se os capitalistas particulares, que dessa intervenção extraem lucros próprios. Isto explica porque é o turismo um sector onde o Estado tem caminhado sistematicamente para a reprivatização de empresas que estavam sob o seu controle, ou apoiado o regresso dos patrões que o pessoal havia saneado. E não quererá isto dizer também que, apesar de afirmações por vezes feitas em contrário a delegados sindicais e representantes dos trabalhadores, os governantes não estão dispostos a apoiar as autogestões no sector hoteleiro?

De qualquer modo, dado que o Estado não é pelas nacionalizações no sector, os trabalhadores só podem

evitar o regresso dos patrões entrando em autogestão. Como para isso têm de ser auto-suficientes, e até mesmo responsabilizar-se pelas indemnizações, isso leva-os a uma autogestão que respeita a rentabilidade capitalista.

Para terminar este ponto sobre a situação do turismo nos últimos anos vejamos um breve quadro estatístico que indica a parte dos capitais nacionais e estrangeiros (capitais próprios + novos capitais investidos) no sector (a unidade são os contos):

Ano	Nacionais	Estrangeiros
1972	1.751.037	374.288
1973	2.440.363	506.749
1974	2.142.367	300.248

Hotel Baia



As primeiras medidas dos trabalhadores

COMBATE - Em Julho, a luta culmina com a entrada em auto-gestão. Nessa altura houve aqui uma mudança radical em toda a estrutura. Queria saber quais as dificuldades que vocês encontraram na gestão disto e como as resolveram ?

A. - Nós antigamente desconfiávamos que muitas receitas, que eram dadas como entradas no Hotel, não entravam cá. Para cortarmos o mal pela raiz, a contabilidade só podia ser pagas facturas de mercadorias que tivessem sido conferidas e assinadas por um membro da Comissão. Não ficamos a dever tostão a ninguém. Conforme entra assim é pago.

Os trabalhadores verificaram também que havia clientes, canalizados por uma agência norte-americana, e que nunca apareciam os pagamentos dessa agência. Depois de procurarmos esclarecer a questão através do M.T. e da Casa de Portugal em Nova Iorque, chegaram à conclusão que "os clientes dormiam, comiam aqui, mas o dinheiro ficava era lá, em Nova Iorque, depositado na conta do patrão. Eram mil e tal dólares. A fim e ao cabo tratava-se de fuga de divisas para o estrangeiro. Durante uma reunião no M.T., posto perante o problema, o patrão respondeu que se a agência não nos pagava, era porque eramos maus gestores: "Se não pagam, deixem de ser clientes deles!". - Numa altura em que andávamos à pesca de turismo, tivemos de cortar com uma das melhores agências que nós tínhamos ao serviço. Essa documentação foi entregue no Ministério da Justiça, mas nunca mais soubemos nada disso!

Nós dissemos-lhe que agisse como patrão

COMBATE - Neste momento a gestão do Hotel é colectiva, ou há um indivíduo à frente; ou é a C.T. que vai gerindo os interesses do Hotel ?

A. - É a Comissão de Trabalhadores. Nós admitimos inicialmente um Director, mas ele foi-se embora. Aliás continuamos amigos. Era uma pessoa de idade, que já tinha sido saneado numa firma. Quando veio para aqui nós dissemos-lhe que agisse como patrão. Ele punha e dispunha, e nós apoiávamos as decisões que ele tomasse, desde que não fossem contra os interesses dos trabalhadores.

Mas vinha qualquer coisa e ele esperava que a comissão fosse assinar; e não dava despacho a nada sem a nossa aprovação. Até que um dia, um membro da comissão se exaltou e lhe disse que se ele era Director, se lhe davamos plenos poderes para agir... e nós não tínhamos tempo para estar aqui, com trabalho, reuniões... Até que um dia ele se aborrecu e disse que se reformava. E safu, mas nós sabemos que ele está a trabalhar em Lisboa.

Depois continuámos outra vez sózinhos, além do apoio principal do B., nas reuniões no Ministério do Trabalho; faz de conta que era o nosso advogado, que aliás era mesmo. Nunca tivemos advogado. Depois passaram uns tempos... Porque nós, para trabalhar está muito certo, mas para estar à frente de um Hotel é diferente; com elementos que só têm a quarta classe, como é que vamos administrar um Hotel? Nós temos pontos de vista, opiniões; mas quanto a administrar o dinheiro, contratos para aqui e para além, propagandas... é outra coisa, não estávamos dentro disso. De maneira que chegámos à conclusão que precisávamos de ter um Director. Mas tínhamos medo de meter um Director: Até que constou que o B. ia abandonar a Escola Hoteleira, e nós andámos atrás dele dois meses, para o trazermos para cá; e cá está! E por acaso até à data não temos tido problemas.

COMBATE - No tempo do patrão, este não prestava contas a ninguém. Agora há uma Comissão de trabalhadores que foi eleita pelos trabalhadores e faz o controle dia a dia. Queria saber como é que as coisas se passam no seio da C.T. ? A gestão, propriamente dita, como é feita ? E por outro lado, como se faz o controle, do resto dos trabalhadores, sobre a Comissão ?

B. - Há a Comissão de Gestão que reúne comigo semanalmente. Além disso, também semanalmente, há uma reunião com todos os chefes de secção. Quinzenalmente ou mensalmente há um plenário para dar todas aquelas medidas que não sejam meramente técnicas que podem implicar de alguma maneira com a situação laboral e são levadas ao plenário para discussão e votação. Nós tentamos evitar as situações de votar sem mais nem menos, preferindo adaptar o sistema de consenso, o que nos tem sido mais útil. Aliás são frequentemente demoradas as decisões tomadas. Um exemplo concreto: na última assembleia pusemos vários assuntos à votação e houve dois que foram mudados pela assembleia; diziam respeito ao planeamento das férias. Quanto à maneira de gerir: houve vá-

rios chefes de secção eleitos para secções que até não tinham; e uma vez que os chefes de secção têm a confiança dos trabalhadores que os elegem, nós tentámos criar dois canais: a reunião dos chefes às sextas-feiras; os problemas técnicos são propostos por mim e são depois discutidos pela secção; eles transmitem-me os resultados das secções que aportam novas ideias e novas formas de pensar dos trabalhadores da secção; eu volto a elaborar novas propostas relativas às questões que não vão à assembleia, pois dizem respeito às secções.

Sobre a maneira dos trabalhadores fiscalizarem isto... As pessoas neste momento é fácil assimilar a técnica, é questão de lhes dar um certo tempo; o método do registo gráfico de todos os movimentos, para que todos os trabalhadores possam ver, que depois são afixados nas secções, para que as pessoas possam aperceber-se dos movimentos da secção de uma forma mais visível, uma vez que se chegou à conclusão que uma grande parte da malta não sabe ler. De modo que tivemos que recorrer ao método dos gráficos. As pessoas sabem, pelo menos, o que estas barras significam e se têm dúvidas recorrem ao chefe de secção. Sucede algumas vezes serem os chefes de secção a proporem alterações ao método de trabalho. Nessa altura nos reunimos as secções que têm a ver com a questão, por tudo isto ter de funcionar de uma forma coordenada, e o caso é analisado saindo daí uma decisão. As decisões, normalmente, são afixadas no placard e sujeitas à crítica durante uma semana; no final dessa semana, se não houver nenhum trabalhador que queira sugerir algumas alterações ou levantar algum problema, ela entra em funcionamento automático.

Todas aquelas decisões que são de âmbito geral, que portanto abrangem a vida do hotel em si, são levadas a plenário. Neste momento temos várias questões para plenário, nomeadamente, o planeamento das férias para 77. Por exemplo, neste caso para lhe dar uma ideia, eu tinha proposto ninguém gozar férias durante três meses; o plenário levantou o problema dos trabalhadores com filhos em idade escolar e que só poderiam estar com eles nesses meses (que eram Julho, Agosto e Setembro). Então o plenário resolveu que seriam concedidas férias a esses trabalhadores durante o mês de Setembro. Eis uma proposta que tinha sido apresentada por mim, tinha passado na reunião de chefes e que o plenário modificou, aliás com o consenso geral. Nós fizemos obras de remodelação e tivemos que pôr a questão ao plenário. Estamos a estudar um processo de controle e como é uma coisa que vai implicar com vários aspectos, embora seja tecnicamente necessário para criar uma organização que ajude a empresa a evoluir, temos vindo a discutir esse controle em duas secções; da chefe ficou de apresentar um projecto para a sua secção, discutido no próprio local.

É assim que, no fundo, vão surgindo as decisões. Qualquer trabalhador pode apresentar as suas sugestões directamente por escrito ou oralmente e depois poderá defendê-las numa reunião dos chefes de secção, da secção ou mesmo no plenário. cont. na p. 6

Hotel Baía

Relações com o Ministério do Trabalho

COMBATE - Já pedaço falou-se das negociações no Ministério do Trabalho. Eu queria saber se tem havido dificuldades nas negociações com as entidades oficiais? Quais são as dificuldades que têm posto?

B. - Tirando o problema inicial da obtenção da credencial, não tivemos problemas de qualquer espécie, a partir do momento em que o caso seguiu para o dr. Marcelo Curto. Não tivemos porque lhe provámos que isto era uma boa gestão. A partir desse facto, aliás, ouvindo o proprietário, não se podia ter outra atitude. Ele chegou, no gabinete do ministro Marcelo Curto, a dizer que agora não éramos trabalhadores dele, na medida em que formamos uma cooperativa, tendo-o nós posto na rua.

Desde esse momento não tivemos problemas, antes só tivemos incentivos a prosseguir na luta -- era uma luta exemplar -- pela situação de uma empresa em que se estavam a extinguir os postos de trabalho, a delapidar o capital; e, digamos, a provar que embora não estando servidas as condições a nível geral para a autogestão ela é possível, é viável e há que incentivá-la, por poder resolver os problemas quer da economia, quer os problemas qualitativos da incentivação dos trabalhadores. Porque enquanto no tempo do patrão é lógico que nós não fariamos este esforço, se isto fosse nacionalizado o problema é, que há sempre o medo de estar certo, ao passo que nós aqui sabemos que nada está certo e não ser a nossa força de trabalho. E que ninguém nos dá nada se nós próprios não produzimos. Temos, por outro lado, a vantagem de sabermos que ninguém se vai apropriar daquilo que produzimos, e isto dá-nos uma certa vantagem e interessa sobretudo na parte técnica, que se torna muito mais fácil. Eu não preciso, de maneira alguma, de exigir que as pessoas façam; as pessoas fazem. Claro que há sempre, naturalmente, às vezes um descuido. Nesse caso é chamado à razão pelo chefe de serviço.

Diferenças entre autogestão e nacionalização

COMBATE - Falou-se na autogestão e nacionalização, apontaram-se algumas diferenças, que eu considero mais técnicas do que outra coisa. Houve muitos camaradas que optaram pela nacionalização, e não pela autogestão. Quería que me apontasse concretamente as diferenças que vêm entre a autogestão e a nacionalização, além dos aspectos que já foram referidos.

B. - Além das razões de ordem pontual que decidiram a entrada em autogestão, um número cada vez maior de trabalhadores foi-se convencendo que a autogestão não era apenas a maneira de receberem os salários. Era algo de novo que mudava as suas próprias vidas. Sentiam que isto não era mais o sítio onde passavam 8 horas, mas que -- digamos -- era algo que fazia parte da sua própria vida, que fazia parte da sua própria família. E a prova é que há muita gente que, depois do trabalho, em vez de ir para casa, fica por aí. Chegou-se ao ponto de ter já de emitir uma comunicação interna a proibir que os trabalhadores permanecessem nas suas secções depois das horas de trabalho, porque era gente a mais nas secções. Isto é um primeiro aspecto que não existe na nacionalização. Na nacionalização há um patrão. E esse patrão nem sempre dá garantias de estar ao serviço dos trabalhadores em geral. É isto sempre como um protector. O trabalhador não se sente emancipado. Não sente que tenha participação activa. Finalmente, por muito democrata que seja o exercício do poder estatal, na empresa ele é sempre burocrático. Há como que uma roda pesada que marcha por ali e deixa um rodado muito grande, e os trabalhadores têm de seguir atrás. Aqui não. Nós sentimos que surge um homem novo, que vai sentindo que os problemas são seus. Não surge em todas as pessoas na mesma altura, isso seria maravilhoso, mas surge. E vamos-nos ensinando uns aos outros. Por exemplo: ele nunca tinha feito um gráfico e, depois de lhe dar uma explicação, fez um gráfico que talvez nem soubesse que existia. Neste momento todos os chefes de secção sabem fazer gráficos. Estamos a tentar fomentar a participação de todos os outros trabalhadores na resolução desses problemas. Todos os problemas que surgem, nós tentamos dar deles uma ideia e fazer uma discussão técnica, para que as pessoas vão pouco a pouco aprendendo não só que isto é deles, mas que podem manobrar isto; que têm o domínio sobre a coisa, e não só que possuem a coisa (que é o primeiro estágio). Ora isto nunca será dado pela estatização. Na estatização, o mais que pode acontecer é eles sentirem que gerem a coisa, e nunca sentirem que possuem a coisa; e nem sempre sentem que a gerem, a não ser que as comissões de trabalhadores consigam impor uma espécie de autogestão.

COMBATE - Eu pessoalmente não acredito que deixem de existir os patrões privados para existir um patrão colectivo de toda a sociedade, que seria o Estado; ainda que, quanto às empresas nacionalizadas, há muita gente a falar do controle operário, etc., que seria o caminho para o socialismo. Efectivamente, os tipos controlam certos aspectos da gestão, não permitem que haja certo tipo de vicarices...

cont. na p. 7

A autogestão é geralmente encarada sob dois pontos de vista que importa distinguir, pois quando surgem fundidos isso não corresponde a uma síntese levada a cabo pelos trabalhadores nos seus processos de luta; pelo contrário, a sua fusão dá lugar a uma ambiguidade que pode facilitar a continuação da exploração, sob forma de auto-exploração.

A autogestão pode ser encarada como a "gestão", feita por um produtor ou grupo de produtores, dos meios de que dispõem, tendo em vista objectivos determinados autonomamente. É nesta perspectiva que nos aparecem conceitos como o de "poder sobre a própria vida" -- que implica uma ruptura revolucionária com todas as instituições e relações capitalistas, ou o conceito de "um homem novo" idealmente relacionado com a autogestão.

Mas, normalmente, designa-se por autogestão a gestão de uma empresa capitalista feita pelos próprios trabalhadores. Mesmo quando, nesta gestão, o emprego dos meios e até certos objectivos são decididos autónoma e democraticamente por todos os trabalhadores da empresa, a lógica capitalista da produção e da distribuição está sempre presente. A nosso ver é esta "autogestão" que o trabalhador B do Hotel Baía considera possível, mesmo não estando reunidas as condições para a autogestão.

Mas analisemos as condições desta autogestão possível:

* Para não haver problemas com o M.T. os trabalhadores têm que fazer uma boa-auto-gestão. E como é fácil de ver que a gestão patronal levava à delapidação do capital da empresa e à extinção dos postos de trabalho, a luta é mesmo exemplar e os trabalhadores são incentivados pelo M.T. Mais geralmente fica demonstrado que a autogestão pode resolver os problemas económicos

(nomeadamente pode economizar uma classe proprietária, quando má gestora).

* Não substituindo o velho patrão pelo Estado, pouca a este o encargo da gestão e do eventual financiamento. O que, na situação actual do Estado português, não é de desprezar.

* A situação de autogestão pelo que significaria de incentivação ao trabalho, dispensaria o controlo sobre os trabalhadores, ficando o gestor livre das funções repressivas e incumbido somente dos aspectos técnicos da gestão. Por sua vez, a diminuição dos conflitos cria condições para um aumento de produtividade.

Hotel Baia

As condições de trabalho sendo controladas pelos trabalhadores são menos opressivas, o que segundo o trabalhador B, os levaria a não separar a sua vida em período de trabalho e de lazer e a permanecerem no local de trabalho mais tempo. Sem excluir que isso reflecta somente o facto de a alienação ter atingido por igual todos os momentos da nossa vida e de em parte nenhuma nos sentirmos "em casa", o estabelecimento de uma norma para que os trabalhadores não estejam nos locais de trabalho findo o período de serviço revela-nos que acabou por se impor a lógica da eficiência, da rentabilidade.

B. - Não controlam a gestão, controlam a produção. O que é gerir? Gerir é decidir. Gerir -- digamos -- é produzir, encaminhar a produção, fazer entrar o resultado da produção no circuito, produzir, e assim sucessivamente. O que é que isso exige? Exige um conhecimento não só da produção, como do mercado e a aplicação desse resultado. Por isso é preciso decidir para gerir. Se me limito a ver se a qualidade é boa, se se produz mais, quanto é que se produz e não tenho qualquer poder de dizer: "Não, os resultados desta produção não vão para aqui, vão para ali que é mais correcto" -- nessa altura não estou a fazer o controlo de gestão, porque gerir é decidir, no fundo. Não posso gerir uma coisa se me limito a dizer que essa coisa é deste tamanho, tenho que dizer: isto é deste tamanho, este tamanho é aplicado assim e o resultado disso é aplicado assado... Claro que compreendo que numa primeira fase do controle da produção poderá ser um método de aprender a dominar os mecanismos técnicos que vão permitir decidir bem. Acredito que aproveitem esse período para tomarem consciência, mas há sempre o perigo da criação de uma classe privilegiada -- os gestores, os quadros intermédios do Estado. Quer dizer, a posse jurídica da propriedade mudou, não há ligação dos gestores à entidade jurídica privada, mas há uma ligação piramidal do gestor ao trabalhador; o que nós queremos é estabelecer o contrário, é haver uma mesma ligação gestor-trabalhador, mas o poder vir de baixo. Eu estou numa situação que é a do gestor público, simplesmente enquanto o poder me vem de baixo, não tenho o problema de impor, nem o problema de fa-

zer uma ligação piramidal, tenho apenas de seguir uma directiva. Tanto eu como os trabalhadores estamos ligados a determinadas directivas que são estabelecidas pelos próprios trabalhadores. Os outros não; esses impõem as directivas que recebem do Estado e os trabalhadores limitam-se a dizer "está mal", "está bem", a fazer barulho...

COMBATE - Estou convencido que nas empresas nacionalizadas, bem como nas privadas, muitos trabalhadores pensam que é preciso fazer barulho, mas por outro lado também pensam que os patrões são necessários. Vocês aqui têm uma experiência já de um ano e tal que mostra que os patrões não são necessários. Contudo, queria saber se aqui ainda alguém pensa que os patrões são necessários.

A. - Há duas pessoas.

Dois trabalhadores querem o patrão. Porquê?

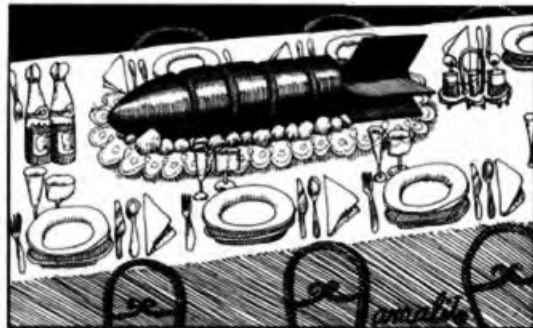
COMBATE - Que razões têm eles?

A. - Não apresentam razões. Uma porque foi criada pelo patrão desde a idade dos nove anos ou lá o que é, embora na altura dele ela ganhasse 600\$00 e agora ganha 6.600\$00. A outra, não consigo perceber bem qual a justificação; tem quatro anos de casa e é do CDS. Também não sabe porque é do CDS -- e pronto! Não se fica a saber o porquê.

Uma vez, no Ministério, o patrão disse: "Só a comissão de trabalhadores é que está contra mim, 60% ou 70% dos trabalhadores está do meu lado". Por acaso até fui eu a propor: "Então o senhor vai lá, vai um representante do Ministério do Trabalho, vai o seu advogado, vamos nós, faz-se uma votação secreta e o senhor tem a prova". O senhor do Ministério disse que achava uma proposta correcta e que ia. Então o patrão disse: "Não, eu não vou". O delega-

do do Ministério disse: "Mas pode ir, porque os trabalhadores não lhe batem; eu estou lá. Se pensa que o pessoal está do seu lado, através da votação tira a prova concreta e daí tiro as minhas ilações, pois se o pessoal estiver todo do seu lado o senhor entra lá e a comissão de trabalhadores não tem nada que fazer". O patrão disse: "Não, não, vocês podem fazer tudo mas eu é que não vou". "Está bem, então não vá mas mande o seu advogado". E o advogado: "Não, eu também não vou". Ficou então assente vir o delegado do Ministério. Ele foi lá, falou com o pessoal, fez-se uma votação secreta e houve um voto a favor, uma abstenção e, salvo erro, oitenta ou noventa votos contra. Onde se comprovou que era mentira aquilo que ele dizia. Inclusive o delegado do Ministério até perguntou: "E se vocês chegarem ao fim do mês e não tiverem dinheiro?" A maioria do pessoal respondeu: "Não interessa, se não recebermos o nosso ordenado, recebemos dois contos, o que não queremos é cá o patrão". Isto ainda foi na altura em que lhe propusemos que nomeasse um director da sua confiança que o representasse. Propusemos ainda que abrisse um escritório aqui ao lado, geria mas não entrava cá; geria por intermédio desse tal director. Finalmente propusemos-lhe -- o que ainda se mantém -- o arrendamento por 90 contos; renda que ele estabeleceu para ele próprio, logo, era porque se achava bem pago. Agora diz que é pouco, que não quer renda nenhuma. Diz que é mais uma questão de moral, que nos lhe roubámos o Hotel; mas nós não queremos o Hotel para nada, a gestão é que a gente não lhe dá. Só pela força é que toma conta da gestão; ou então por decisão governamental, mas assim era capaz de dar buraco. Já cá entrou por duas vezes com a polícia e teve que sair daqui para arua, ao colo. Aquilo foi praticamente uma invasão. Estávamos todos fora, à excepção de um que estava a trabalhar; quando me telefonaram para casa, viemos logo para aqui.

cont. na p. 8



Hotel Baia

Estava cá ele, a mulher, o oficial de diligências, o advogado, tudo aqui metido na direcção. O advogado disse: "pois o senhor anda a instigar os trabalhadores à violência", isto ainda não tinhamos falado com ele. Depois tiveram que sair, a toque de caixa, lá para fora, pois teve a triste ideia de chamar "animais" aos trabalhadores. Eles eram uns cem aqui à porta a querer invadir isto, e a gente uns três ou quatro da Comissão, a impedir que isto se agravasse. Estiveram aqui até às quatro da manhã.

B. - O oficial de diligências saiu daqui à uma da manhã, deixou o outro cá dentro. O patrão ficou cá, com a sobrinha, a mulher e o advogado, dizendo que já daqui não saía, que dormia cá. Nós tentámos convencê-lo a não nos obrigar a tomar uma atitude desagradável. Fomos obrigados a escolher quatro com mais calma, porque senão teria havido barulho escusadamente; esses quatro camaradas aguentaram as provocações, foram mordidos, arranhados, etc. e puseram-nos lá fora na cadeirinha de braços, mas sem qualquer violência.



A polícia que estava lá fora não actuou, pois não havia razão para isso. Não constatou sinais de violência; inclusive, deu-nos razão - era um problema laboral resolvido sem utilização da força.

COMBATE - Já que falaram em pagar a renda... Como disseram que ele deixou dívidas que vocês pagaram e também que ficou com descontos para a Previdência; tendo andado vocês a trabalhar para ele durante tantos anos em que vos explorou; porque falam ainda em pagar renda, pagar dívidas contraídas durante a sua má gestão?

B. - O problema põe-se assim. Nós estamos a creditar na conta dele, o que não significa que ele já tenha saldo positivo, que ainda

não tem. Aquilo que nós pagamos dele, debitamos na conta dele; estamos a creditar apenas o usufruto de uma propriedade que as leis deste país, infelizmente, ainda não defeniram de quem é. Como ainda está em vigor o código antigo; como pensamos que os trabalhadores têm que adoptar as formas de luta possíveis e realistas, no momento decidimos assim.

COMBATE - As dívidas que deixou, da Previdência, etc., foram todas descontadas na renda?

B. - Exacto. Isso foi tudo debitado em conta, em contrapartida é-lhe creditado o valor da renda.

A. - Não havia um único fornecedor a quem não devesse. Inclusive as obras do hotel não foram pagas mas isso, como ainda foi feito no tempo da outra sociedade, que era dele... Desse tempo há uma dívida de 6.000 contos dívida essa que não pagamos.

COMBATE - De qualquer maneira o que vos levou a pagar as dívidas da presente sociedade?

B. - O problema põe-se da seguinte maneira: isto é um hotel que, no fundo, presta serviços; a única coisa que tem para vender são os quartos. O resto é alimentação e serviços. Nós precisamos portanto dos fornecedores. Como não foram destruídas as estruturas comerciais capitalistas, é lógico termos de adaptar à regra do jogo; temos de criar a confiança dos fornecedores para podermos continuar a ter os produtos. Alguns desses fornecedores são pequenos proprietários que interessava ganhar para a nossa luta e para a luta comum de todos os trabalhadores portugueses. No fundo, é a tal história -- os trabalhadores têm uma outra moral, moral qualitativamente nova, é um facto. Enquanto o patrão seria capaz de chegar cá e pôr toda a gente na rua, os trabalhadores não tiveram sequer a coragem de deixar de pagar as dívidas só porque seriam outras pessoas a serem prejudicadas. No fundo, é um problema de moral.

COMBATE - Quando o convocaram para a tomada de posse, era só a tomada de posse do edifício, como forma de legalização?

B. - Nós não o convocámos. O caso é assim: nunca houve legislação, só revolução de palavras. Durante todos os sucessivos governos provisórios nunca houve uma definição de propriedade, o que seria absolutamente vital para o andamento do processo português, para que os trabalhadores pudessem assestear-se do poder económico como base para o poder político. Pensou-se adoptar o método da conquista do poder político, esquecendo-nos que tínhamos de nos inserir numa situação europeia em que a única forma de assestear o poder político é o poder económico. É lógico que, se essa lei tivesse vindo, tinha-se obstado a tudo isso.

A lei não veio, nós encontramos-nos na situação de impasse, de indefinição, em que há uma situação de facto, há uma revogação tácita da lei. Mas o executivo não se interessa por isso, interessa-se pelo espírito da lei. E ele (o patrão) põe uma acção em tribunal baseado na lei antiga, e o tribunal executou. Põe uma acção provisória de restituição de posse, que é um processo de acção cautelar em que o juiz despacha sem ouvir a outra parte. Com uma acção cautelar segue-se a restituição definitiva. Foi essa acção que ele pôs. Foi mandada executar e não a executaram. Depois invadiram as instalações do hotel e aqui havia um poder legal, que era a comissão de gestão, e que não foi tomada em devida conta e houve o tal conflito. Da segunda vez prometemos ao juiz que não poríamos qualquer obstáculo à tomada de posse da propriedade que nunca lhe negámos. Lamentávamos não ter sido definido mas não lhe negávamos, uma vez que a lei não nos permitia negá-lo. O que negávamos - isso sim - era a gestão dessa propriedade, por aí estar a gestão do nosso trabalho. Isso é que não o autorizávamos a fazer. O juiz também o entendeu assim. Quem não entendeu assim foi o escrivão. Sabe-se como funcionava o executivo, ao serviço de quem estava, ao serviço de quem se conserva ainda grande parte do aparelho de Estado. Então o escrivão, e com ele o advogado, entendiam que a posse da propriedade implicava a gestão da propriedade. Isso é controverso, mesmo juridicamente; nós argumentávamos que não. E uma vez que a tomada de posse era um acto formal, nós escolhemos a sala para tal. O senhor escrivão entendeu que a sala não era solene, que, de facto, ele merecia as honras da casa e que os hóspedes não lhe reconheciam essas honras, e decidiu desistir depois de ter chamado a força policial que reconheceu a justeza da nossa posição. Não lhe negávamos a posse e ficámos inclusivamente de lhe dar uma fotografia do hotel no caso de estar muito apaixonado por isso, mas mais nada. A gestão do hotel estava confiada oficialmente aos trabalhadores. Entretanto, no mesmo dia, há uma resolução do conselho de ministros a suspender essas acções. Esperamos que sai brevemente no diário da República. Entretanto ele instaura a acção definitiva que vamos contestar agora. Temos até ao dia 14 para contestar mas ainda não saiu a legislação, esperamos que isso seja resolvido dentro em breve.

Neste pequeno episódio, e na resposta táctica dada pelos trabalhadores do Hotel Baia, concentra-se um século de evolução do capitalismo industrial.

O processo de concentração do capital e a extraordinária massa de capitais que a tecnologia contemporânea exige para cada empresa tiveram como consequência desenvolver as sociedades por acções e, desse modo, diversificar os níveis da propriedade e, em geral, separar a propriedade e a gestão. Cada vez mais o tradicional capitalista particular se torna um mero usufrutuário, com direito a uma parte dos lucros, mas inteiramente afastado da ges-

tão. São até os gestores, geralmente separados da propriedade formal da empresa que gerem, quem determina o montante da mais-valia que o capitalista particular poderá dispor.

Este processo, que é hoje uma característica geral do capitalismo, foi aproveitado pelos trabalhadores do Hotel Baía para tornarem as manobras do patrão. O patrão ficaria com a propriedade formal, mas inteiramente afastado da gestão e — sobretudo — afastado de toda a gestão que implicasse a organização do trabalho.

Enredado no texto das leis, o juiz não pôde deixar de reconhecer que esta solução se fundamentava na própria sociedade capitalista existente. Mais terra a terra, o escravidão não olha para as leis mas para as pessoas, e define assim mais honestamente o seu lugar — ao lado do patrão e dos polícias.

Não é este pequeno episódio bem sugestivo das transformações verificadas na luta dos trabalhadores no capitalismo contemporâneo?

COMBATE - Há camaradas que começaram com um processo idêntico ao vosso, entraram em autogestão e, para terem uma maior segurança, legalizaram a situação juridicamente e transformaram-se em cooperativa. Sendo o processo de gestão o mesmo - autogestionário - só diferindo juridicamente perante o aparelho de Estado, eu queria saber se já alguma vez pensaram nisso.

B - Bem, nós temos uma cooperativa formada, simplesmente a cooperativa só tomará conta do hotel quando se definir a propriedade. Ou até não tomará posse, será uma firma prestadora de serviços, no caso de se vir a criar o Instituto Autogestionário e isto se transformar em propriedade social. É lógico que, se isto se transformar em propriedade social, tudo a que temos direito é gerir essa propriedade e reproduzi-la, não o direito de a possuir. Se se vier a decidir que teremos o direito de a possuir, nós passá-la-emos para uma cooperativa que será constituída por todos os que nela trabalharem em situações regulamentadas, de modo a não permitir privilégios nem permitir a exploração do esforço de uns pelos outros, etc. Simplesmente consideramos que é uma fase ainda prematura, acreditamos mesmo que o sistema das cooperativas só se pode seguir à definição da propriedade. Quanto a nós, o problema essencial, o problema fulcral, é definir a propriedade. E isso sim está por fazer...

Estatização ou socialização

COMBATE - Pois, mas isso, numa sociedade capitalista como aquela em que vivemos, com certeza que os tipos vão definir propriedade tal como ela está neste momento: não será dos trabalhadores, poderá não ser dos patrões privados mas será dos patrões colectivos representados na nova classe dirigente que é o Estado.

Hotel Baía

B - Não, mas o problema é que, nesta situação, não podem fazê-lo porque nós não consentimos, nós só admitimos que isto seja definido como propriedade social, não como propriedade estatal.

COMBATE - Porque essa diferença entre propriedade social e propriedade estatal quando nós sabemos que os burocratas, o aparelho de Estado, têm muitas formas de recuperar a luta dos trabalhadores?

B - Pois, a diferença, quanto a nós, entre propriedade social e propriedade estatal é que, por exemplo, se isto for propriedade de uma cooperativa pura e simples, nós temos de pagar impostos e dividir os lucros. Ora nós aqui não queremos dividir os lucros, nós achamos que isso não é cumprir uma função muito importante que é a função social da propriedade; nós queremos viver com os salários que consideramos justos e estamos a reger-nos pelo C.C.T. e pensamos aplicar o resto na criação de novos postos de trabalho, caso contrário estaríamos a ver a propriedade sob um ponto de vista egoísta, sob um ponto de vista em que haverá o patrão Estado de que quer fazer mais propriedades para ele. Nós queremos que esta propriedade se multiplique e para nós isto não é um hotel, isto são 104



postos de trabalho. Nós queremos que isto seja muitos mais postos de trabalho, porque quantos mais formos a trabalhar dentro desta propriedade menos possibilidade terá alguém de nos vir reivindicá-la, de nos explorar, seja o Estado seja quem for. É lógico que o Estado, se se criar uma situação deste género, nos vai fazer pagar impostos, impostos para o progresso social, é lógico, pois tem o poder. Portanto, se isto fosse amanhã integrado dentro de um controlo de um instituto de autogestão ou qualquer coisa, é lógico que nós teríamos de pagar um determinado imposto ou uma determinada renda, ou uma coisa qualquer da grandeza dessa renda; veríamos se nos estaríamos ou não a tentar levar mas, em todo o caso nós teríamos de ver se haveria lugar para expropriações. Se não há lugar para expropriações, há que, de alguma maneira, fazer uma passagem pacífica da propriedade privada para propriedade social. Ora é lógico que alguém terá de pagar ao patrão; nós fazíamos mediante a renda, o Estado poderá fazê-lo integrando isto no Instituto Autogestionário, por exemplo, e, digamos, pagando ele como entendes-se ao proprietário e nós pagariamos uma renda com direito de multiplicar a propriedade, multiplicar os meios de produção, que esse é quanto a nós o aspecto principal e dinâmico do processo. Nós não queremos isto para extrorquir daqui lucros e depois isto morrer como meio de produção daqui a uns anos. Se usarmos isto como meio de tirar daqui dinheiro, amanhã o hotel acaba, isto fica velho, desaparece como meio de produção, e depois não deu lugar a um novo local de trabalho que é o essencial em que estamos interessados.

A - Nós uma vez falámos disso e alguém perguntou porque é que nós não formamos uma cooperativa. E depois nós, C. T. levantamos o problema: como cooperativa dava azo ao lucro na mesma, quer dizer, nós trabalhávamos já com o fim de, ao fim do ano, distribuir-

cont. na p. 17

O que é o poder político e o que é o poder económico? Na sociedade capitalista, especialmente no capitalismo de Estado ora reinante, a integração do Estado na economia é estreitíssima. No capitalismo actual não há poder político que não seja também económico, e todo o poder económico tem implicações políticas.

O que há é extremos diferentes pelos quais se penetra na classe dominante. Uns tornam-se capitalistas de Estado ao serem gestores de topo das grandes empresas nacionalizadas, ou ascendendo à gestão à custa das lutas operárias, quando pertencem a comissões de trabalhadores que se burocratizam, etc. Outros ascendem à classe dominante ao entrarem na vida política, pelos partidos, pelos ministérios e secretarias. E estes "políticos" lutam contra aqueles "económicos" pela disputa da supremacia.

A acção revolucionária do proletariado não pode deixar-se prender nestes labirintos da classe dominante. A classe operária não luta ao lado de um "poder económico" contra um "poder político". Luta contra todos os poderes desta sociedade, luta contra a sociedade actual, desenvolvendo novas relações — que são as que estabelece na sua luta.

E, nessas relações, não há divisão entre o "político" e o "económico", porque toda a sociedade funcionará para o uso de toda a sociedade.

CONTRA A POLICIA, CONTRA A VIOLÊNCIA

Trabalhador - A luta dos trabalhadores da Pastelaria S. Carlos foi iniciada a 6 de Dezembro de 1975 quando a entidade patronal abandonou o estabelecimento. O não cumprimento do C.C.T. levou os trabalhadores a pressionarem a entidade patronal que, alegando falta de verbas abandonou o estabelecimento.

No dia 5 de Dezembro de 75 a entidade patronal veio aqui com vários homens de mão, depois do fecho, e saiu levando todo o dinheiro existente, não mais voltando até hoje. Nós começamos a trabalhar sem dinheiro nenhum. Temos de pagar tudo a pronto pagamento por não termos crédito na praça.

Em Maio começámos a pagar de acordo com o C.C.T. e desde então até hoje não deixámos de o cumprir. Mas temos ainda alguns ordenados em atraso; para pagarmos aos fornecedores temos nós de nos sacrificar.

Temos tido várias ameaças da entidade patronal. Já entrámos em diálogo com eles. Nós queremos o seu regresso pois a firma com eles talvez trabalhasse melhor, dado que têm fundos para comprar material que podíamos aqui ter para vender. Nós limitamo-nos a comprar o material de maior necessidade e não aquele onde poderíamos fazer mais dinheiro. Mas ele diz que não regressa enquanto os trabalhadores não se forem embora. Temos tido vários apoios, mas falta-nos a massa para conseguirmos sobreviver.

COMBATE - Quantas pessoas aqui trabalham?

Trab. - Somos 24 trabalhadores.

COMBATE - Todos os trabalhadores, desde o início, estiveram solidários, ou houve trabalhadores do lado do patrão, ou ainda, que recuaram na luta?

Trab. - A maioria dos trabalhadores existente hoje já não são os do tempo do patrão. Alguns trabalhadores já foram embora e entraram outros. Eu encontro que, por vezes, aparecem trabalhadores que eu desconfio terem qualquer coisa com a entidade patronal; não sei ao certo, mas desconfio ao ver certas manobras.

COMBATE - O super-mercado aqui ao lado pertencia ao mesmo patrão. Qual foi o papel dos que lá trabalham em relação à vossa luta?

Trab. - Os trabalhadores do super-mercado estiveram contra a nossa luta. Assinaram comunicados que estão expostos nas portas do super-mercado em que dizem termos nós roubado a casa à entidade patronal; que somos uns selvagens; que não devíamos ter feito como fizemos. Há a prova que não roubámos nada; a casa continua no mesmo sítio e é da

entidade patronal. Eles é que a abandonaram e nós continuámos, para podermos comer o pão de cada dia.

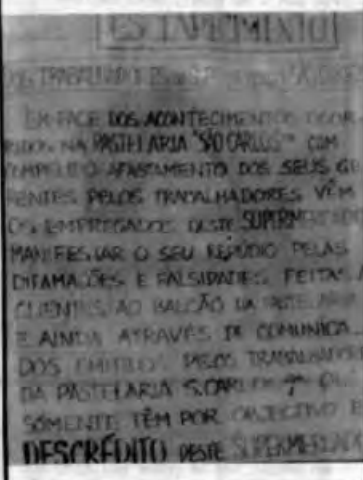
COMBATE - Como explicam que os trabalhadores do super-mercado tenham tomado essa atitude.

Trab. - Não sei qual a razão. Se calhar ganham de acordo com o Contrato Colectivo e estão-se nas tintas para os outros. Por outro lado não há dúvida que a maioria dos trabalhadores do super-mercado é família dos patrões, e esses nunca poderiam estar ao nosso lado. Os outros, como são poucos têm de estar do lado da maior força. Contudo existem lá trabalhadores que apoiam a nossa luta, mas não podem abrir a boca, se não são capazes de os porem na rua. Já contactei com alguns trabalhadores de lá e disseram-me isso.

Trabalhadores contra trabalhadores!

Explorados que fazem propaganda do patrão!

Como é possível que os trabalhadores do super-mercado caluniem assim a luta dos seus camaradas?



COMBATE - Disse que alguns dos trabalhadores tinham abandonado a luta e que depois entraram outros. Agora estão coesos, unidos, ou há pessoas que tendem a desistir?

Trab. - Há um certo desentendimento. Há uma inimizade, que não sei quem a faz, donde os trabalhadores não estão todos unidos. Há certas discussões à frente dos clientes que são feias. Deviam-se evitar. Não sei, não percebo as atitudes que às vezes se tomam uns com os outros. Ainda acontece mais da parte das mulheres:

discutem umas com as outras, falam na vida umas das outras; falam, portanto, de coisas que não são chamadas para o trabalho. Isso é um bocado ridículo!

COMBATE - Como estão organizados; têm uma comissão de Trabalhadores, têm um delegado sindical, ou como é?

Trab. - Temos uma comissão de gestão, um delegado sindical, que sou eu. Enfim... temos uma organização mínima, que tem que ser melhorada.

COMBATE - Como apareceram a comissão e o delegado?

Trab. - Foram eleitos.

COMBATE - As pessoas que compõem a comissão têm sido sempre as mesmas, desde o início da luta, ou houve mudanças?

Trab. - Algumas pessoas da comissão de gestão inicial saíram: era composta por seis elementos, quatro foram-se embora, ficámos os dois. Agora foram eleitos mais dois.

COMBATE - Fazem habitualmente reuniões com os camaradas de trabalho? Como é feita a gestão do estabelecimento?

Trab. - Fazemos tantas reuniões quantas são necessárias. Não havendo patrão, uma comissão de gestão tem que dar conhecimento daquilo que vai fazer.

COMBATE - As funções do delegado sindical são paralelas às da comissão de gestão ou tem funções específicas?

Trab. - O delegado sindical é mais importante quando existe a entidade patronal. É um elemento que põe a entidade patronal perante os direitos dos trabalhadores. Nesta empresa, neste momento, até não tem um grande papel. Os trabalhadores já sabem os direitos e os deveres que têm, e por vezes até não os cumprem. Eu como elemento da comissão de gestão e como delegado sindical tive momentos de estar contra os trabalhadores quando eles não cumpriam.

COMBATE - Podias explicar melhor o que pretendes dizer com "os trabalhadores não entarem a cumprir".

Trab. - Na actual fase, com todos os problemas que temos, os trabalhadores têm obrigação de fazer as oito horas de serviço, mas há trabalhadores que nem seia fazem. Alguns, se não lhes apetece virem trabalhar, não vêm. Ora, o delegado sindical não concorda com isso. Se uma pessoa vê as coisas pelo direito, tem que as ver sempre. Não é? Se existisse entidade patronal e o trabalhador não cumprisse com as obrigações, o delegado sindical também ia dizer que o trabalhador não estava a cumprir. Para o patrão cumprir temos de cumprir também.

PATRONAL: CAFÉ S. CARLOS EM AUTOGESTÃO

COMBATE - Acho que, de qualquer forma, existe uma diferença entre o trabalhador que não cumpre quando, numa situação como a vossa, não está a entidade patronal à frente, e numa situação em que há patrão. Numa situação como a vossa um trabalhador para quem estivesse previsto trabalhar oito horas e trabalha seis, está no fundo a explorar os colegas. Porque será que os trabalhadores não compreendem e não ficam conscientes da diferença entre trabalhar em autogestão e trabalhar para o patrão?

Trab. - Eu sei o que sofri com a entidade patronal, aquilo que trabalhei - trabalho na indústria hoteleira desde criança - aquilo que passei, as horas que servi e os ordenados que recebia. Nunca gostei que o meu patrão me mandasse trabalhar, sei qual é a minha obrigação quando estou a trabalhar. Aquela que é profissional sabe o seu dever. Para nós podermos receber o nosso ordenado, temos de fazer o nosso serviço, porque se o trabalhador não faz o seu serviço o patrão não pode pagar. Eu acho que os trabalhadores fazem isto aqui, os que fazem, porque nunca passaram problemas deste género. Nunca fizeram 16 horas de trabalho, como eu fiz. Nunca foram explorados como eu fui, nunca chegaram ao fim do mês tirando dois ou três contos de gratificação e o patrão chegar ali a caixinha e levá-lo para ele. Os trabalhadores não vêm que isso pode tornar a acontecer se o patrão voltar. Nesse caso fariam aquilo que nunca fizeram e só então se arrependiriam.

COMBATE - Certamente isso é explicado nas reuniões. Quando discutem sobre essa questão como reagem as pessoas não cumpridoras?

Trab. - Quando falamos nestes problemas toda a gente diz que vai cumprir, mas quando chega a altura ... São estes os problemas que mais afectam as empresas em autogestão. Dá-se o caso de alguém dizer: "Isto é o nosso. Fazemos o que queremos. Se não trabalharmos ninguém nos bate".

COMBATE - A partir do momento em que a entidade patronal deixou de vir cá, tiveram de ser vocês a organizar isto. Organizaram-se de maneira diferente do que estavam antes, ou do mesmo modo das empresas com patrão? Isto é, se um camarada de trabalho vier de outro restaurante para aqui, sente existir diferenças nas relações entre os trabalhadores ou na forma de organizarem o trabalho?

Trab. - Qualquer trabalhador que venha para aqui sente vontade de trabalhar. Não tem ninguém a picá-lo. Cumpre a obrigação dele e ninguém lhe diz nada; se não cumprir chama-se-lhe a atenção. Com a entidade patronal acontece o trabalhador trabalhar muitas horas e a en-

tidade patronal entender que não está bem e chatear: "Isto não está bem. Isto é assim e assim...!"

COMBATE - Tenho a impressão que numa situação como a vossa e noutras empresas em situação igual à vossa, um problema que começa a ser muito importante, é a consciência do trabalhador. Dum dia para o outro, o trabalhador era como que devesse ter a consciência formada e ainda não tem. Penso que isto é um problema muito importante. Como pensam poder resolver o problema?

Trab. - O problema só se pode resolver quando os trabalhadores fizeram uma lavagem ao cérebro e disseram assim: "Mas eu não trabalho com patrão, trabalho muito mais à vontade e não tenho ninguém a chatear-me e se não estou a trabalhar para o patrão estou a trabalhar para mim".

Uma vez chamei um trabalhador à atenção e ele disse-me que quando estava cá o patrão trabalhava o dobro do que trabalha agora. Eu disse-lhe assim: "Então, como é que pode agora estar a ganhar 3.600\$00, quando o seu patrão só lhe podia dar 1.500\$00? Não pode ser. Você tem de trabalhar o dobro do que trabalhava quando estava cá o patrão, porque na altura ganhava 1.500\$00 e agora ganha 3.600\$00".

"Pois é, pois é!"
"Pois é, mas para isso tem de trabalhar. Não é só dizer pois é".

Penso que só quando os trabalhadores se mentalizarem a trabalhar de livre vontade e não de chicote na mão e a dizerem-lhe: "É assim que tens que fazer", só nessa altura nós podemos fazer a gestão de uma empresa.

COMBATE - Há pouco falou-se no controlo da gestão e na autogestão. No caso de ser possível impor um controlo de gestão tão forte, a ponto de ser possível modificar as relações dos trabalhadores, ainda haverá diferenças importantes entre controlo de gestão e autogestão?

Trab. - O controlo de gestão é a coisa mais importante no nosso país. Uma empresa com uma comissão de 4, 5 ou 6 elementos, pessoas capazes, tem de se saber onde está o dinheiro, para onde vai e mostrar a todos os trabalhadores como as coisas se passam. Era muito importante aqui todos os trabalhadores terem enfrentado o patrão, terem por onde o dinheiro entrava e por onde saía. Verem a entrada de mercadorias e a sua saída. Isto é muito importante em todas as empresas antes de fazer o poder fazer a gestão.

COMBATE - Portanto, terem entrado em autogestão significa não terem podido impor um controlo operário?

Trab. - No tempo do patrão tentámos fazer um controlo. Nesse controlo não

havia gente à altura para enfrentar os patrões. Eu pertencia a essa comissão e era o único que fazia barulho contra os patrões. Nessa altura, proibiu-os de mexerem na caixa do bar, que era a minha secção. O patrão acabou por desistir de ir lá mexer e, inclusivé, de ir ao bar. Não passava da esca da que dá da pastelaria para o bar. Dizia que eu era maluco e tinha medo de mim. Se nessa altura, que foi na época em que houve a pancadaria, eu não estivesse doente, eles eram capazes de não trazerem cá as pessoas que vieram bater no pessoal. Até digo que se eu estivesse presente nessa noite ou morria ou havia alguém que morria. Alguém haveria de deixar no chão.

cont. na p. 21



No número 45 do Combate publicámos um apelo para apoio a Noel e Marie Murray, o casal irlandês condenado à morte por ter morto um polícia.

Mais de 100 pessoas assinaram o abaixo-assinado que foi enviado para a Embaixada da Irlanda em Lisboa, para o Ministério da Justiça da Irlanda, para o Comité de Defesa dos Murray (155 Church Rd Cellbridge, Co Kildare, Irlanda) bem como para jornais irlandeses. Nenhum jornal na Irlanda publicou o abaixo-assinado. Nem publicaram as cartas de Jean-Paul Sartre, Heinrich Böll e outros abaixo-assinados da Inglaterra, Itália e França.

Em qualquer caso, o Supremo Tribunal decidiu revogar a sentença de morte contra Noel Murray e condenou-o a prisão perpétua. Marie Murray vai ser novamente julgada. O Comité de Defesa dos Murray luta ainda para que o julgamento se faça com juri e não em Tribunal Especial (criado com base na legislação do Estado de Emergência de Outubro do ano passado).

AUTOGESTÃO: Ponto de partida e não ponto de chegada

Ao contrário do que aconteceu noutras épocas, em que as lutas operárias apareciam, pelo menos nos seus objectivos mais claramente formulados, como exclusivamente reivindicativas, no capitalismo contemporâneo as lutas operárias tomam um novo aspecto: os trabalhadores assumem o controle da gestão ou, pelo menos, exercem pressões sobre os patrões (Estado ou particulares) no sentido de obterem mudanças de gestão. A autogestão é a forma mais directa assumida por estas lutas, mas existem muitas outras formas indirectas (como por exemplo, neste número, a luta dos trabalhadores do café Paris).

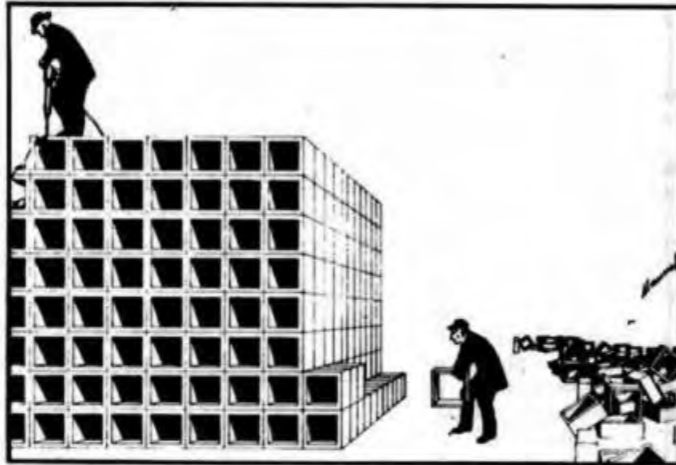
Fala-se hoje muito deste novo aspecto da luta operária, e é especialmente a forma em que ele aparece mais claramente -- a autogestão -- que tem levantado as maiores polémicas. Uns vêem nela um mal a evitar, outros vêem-na como um exemplo de sociedade comunista no interior do capitalismo. Parece-nos, porém, que todas estas posições teóricas estão condenadas ao fracasso porque esquecem o fundamental: o que representa a autogestão (e, em geral, todas as formas de intervenção, mesmo indirecta, do proletariado na gestão da empresa) para a prática de luta do proletariado?

Em todos os casos, quase sem excepções, a autogestão surge como um meio de evitar o desemprego, uma forma de os operários assegurarem a continuação do sustento. E em quase todos os casos também ela é encarada como uma forma de transição, quer para cooperativa, quer para estadualização ou novo patrão. As novas formas de luta quanto à gestão surgiram como um elemento objectivo na própria luta prática do proletariado, e a classe operária não vê nelas mais do que um dos elementos da sua luta geral.

Em que consiste, pois, em nosso entender, a novidade da autogestão? Que novos problemas práticos ela coloca, que permitem ao proletariado avançar na sua luta e contestar mais profundamente o regime capitalista?

A classe operária encontra-se repartida por duas formas de relações sociais absolutamente antagónicas. Por um lado as relações que o sistema capitalista, mediante a maquinaria que utiliza e, em geral, a sua tecnologia, impõe aos proletários, escravizando-os a operações particularizadas, afastando-os da compreensão do processo de trabalho, e sujeitando-o a hierarquias internas rígidas. Mas, por outro lado, os proletários mantêm entre si relações livres, igualitárias e colectivistas sempre que travam uma luta contra o capitalismo -- na fase ascensional dessa luta; nessas novas relações a igualdade dos operários na luta faz desaparecer as hierarquias que o sistema fabril impõe e, além disso, a participação nas reuniões e nas decisões colectivas faz com que cada operário individual não esteja

afastado da compreensão da sua actividade própria. O comunismo não é um sonho futuro -- é uma realidade. O comunismo existe já contido nas relações igualitárias e colectivistas que os proletários estabelecem na fase de ascensão da luta, e a sua extensão só poderá resultar da expansão dessas relações. Mas para isso é preciso, claro está, que sejam os próprios trabalhadores a lutar, e não organizações (sindicatos, partidos, comissões burocratizadas) que o fazem em seu nome. Quando isto acontece as relações igualitárias e colectivistas não se constituem praticamente e, assim, são as relações capitalistas que se reforçam.



Sempre que as lutas operárias assumem praticamente a forma de greve, o conflito entre estes dois tipos de relações (o da tecnologia capitalista, o dos operários em luta) existe somente na ideologia, na consciência individual de cada operário, mas não na prática concreta. No preciso momento em que as novas relações de luta se desenvolvem, pára a prática na produção, e inversamente.

Uma coisa diferente, porém, sucede em todas as lutas que têm a gestão como objectivo mais ou menos directo: se os operários continuam a produzir ao mesmo tempo que desenvolvem as novas relações surgidas na prática da luta, a contradição entre o sistema fabril do capitalismo e as relações igualitárias da luta operária verifica-se na prática, e uma solução impõe-se. Das duas, uma: ou são as novas relações igualitárias e colectivistas que prevalecem, adaptando-se a elas os próprios processos de fabrico, ou pelo contrário é a disciplina capitalista da fábrica que continua a dominar, destruindo as relações igualitárias dos trabalhadores e castrando a sua luta.

Colocada a questão nestes termos vemos a absoluta necessidade da mundialização da revolução -- os trabalhadores não podem vencer sozinhos numa empresa, nem num país.

Em certa altura da luta, o proletariado tem de assegurar a sua subsistência e para isso tem de conti-

nuar a produzir. Mas quem lhe vai comprar os produtos? Se existir uma vaga revolucionária generalizada a todo um conjunto de países será possível um sistema de troca directa entre empresas, e entre a indústria e a agricultura. Mas quando os processos revolucionários são isolados, o escoamento dos produtos e a obtenção das máquinas e matérias-primas necessárias só pode fazer-se mediante o mercado capitalista mundial. A pressão do mercado mundial obriga estas empresas às formas capitalistas de gestão de modo a terem a rentabilidade e a competitividade necessárias no sistema capitalista. É a partir de então que as relações igualitárias se

deterioram, que as comissões de trabalhadores se transformam em novos gestores, que a disciplina capitalista impera de novo.

Quer isto dizer que os esforços anteriores foram inúteis?

Bem pelo contrário, foram da maior importância. Durante um período, que por vezes pode ser relativamente longo, os trabalhadores apercebem-se praticamente de que destruir o capitalismo não é só derrubar uns patrões, mas sim alterar o próprio processo da produção, as relações no trabalho e até o sistema tecnológico, de forma a que novos patrões não venham surgir no lugar deixado vago pelos anteriores. Isto significa que as novas lutas que se seguirão partirão já de um grau superior de consciência e de radicalismo.

Certas empresas mais afastadas do mercado mundial, que podem subsistir em grande parte devido à solidariedade da população que lhes compra os produtos, e que não exigem portanto grandes circuitos de distribuição, podem manter durante mais tempo formas autogestão e, assim, levar mais longe a remodelação de algumas relações internas no trabalho. Mas, em Portugal, é na agricultura, onde a auto-suficiência é mais acentuada do que na indústria, que as formas de gestão operária mais longe têm ido, constituindo um dos pontos mais avançados da prática revolucionária (Alentejo).

Isto permite destruir alguns mitos

e colocar no devido lugar certas afirmações.

É comum ouvir alguns revolucionários concentrar todas as suas esperanças em certas empresas, só porque têm não sei quantos milhares de operários, e desprezar por completo pequenas empresas com escassas dezenas de trabalhadores. Mas, como vimos, a prática de luta é diversificada e não tem como critério principal o número de operários existentes numa empresa. É certo que uma grande concentração operária significa uma importante potencialidade de luta e aumenta a força de cada reivindicação, consolidando simultaneamente certas experiências colectivas; mas é verdade também que quanto maior é uma empresa mais estreita é a sua ligação ao mercado mundial e tanto mais dificilmente podem as lutas interferir na gestão (ou, se

o fazem, estão de imediato subordinadas aos critérios do mercado capitalista). E empresas com pequeno número de trabalhadores podem levar avante experiências de luta de grande importância. É natural que os partidos, agentes políticos burocráticos do capitalismo de Estado, se preocupem unicamente com o número dos operários, pois limitam-se a procurar clientelas partidárias e sindicais. Os revolucionários, porém, têm de ver o processo revolucionário do comunismo na complexidade e na riqueza das suas formas, e não pelos mitos do capitalismo de Estado.

De todos estes mitos a "autogestão" é sem dúvida um dos maiores -- ou nisso a transformaram. Ela não é um remédio universal, nem uma via única de luta. Vimos já que, salvo o caso de um processo revolucionário internacio-

nal generalizado, ela não pode ser seguida pelas empresas mais consideráveis e, além disso, as suas experiências, nos casos em que existem, estão condenadas a ser afogadas pelo mercado mundial, se a revolução não se internacionalizar. Mas é, para os proletários que a vivem directamente e para os que a seguem indirectamente, por leituras ou discussões, uma fonte de novos ensinamentos, sobretudo por mostrar que a gestão proletária da economia tem de ser profunda e radicalmente diferente das várias formas de gestão capitalista.

Em suma: para o movimento operário no capitalismo contemporâneo a autogestão e todas as lutas que interferem mais ou menos directamente na gestão da economia são um facto, um ponto de partida para novos desenvolvimentos do processo revolucionário, e não um ponto de chegada.

GREVES EM EM ESPANHA

Apresentando a nível governamental a classe dirigente em Espanha está a fazer todos os possíveis para dominar a crise -- preparando eleições nacionais, reformando os sindicatos, etc. -- a classe operária está a atacar em todas as frentes. Publicamos aqui uma carta de um trabalhador da RENFE (caminhos de ferro) que entraram em greve em Setembro passado. A greve, apesar das ameaças de militarização, ganhou só uma parte das reivindicações.

Mas a luta continua!

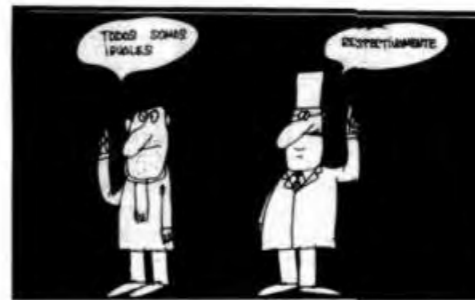
Actualmente o movimento de massas é grande em Madrid. No entanto se tudo isto tem repercussões positivas na tomada de consciência da classe operária, para nós ainda não chegou o momento de fazer um novo "Maio 68 de Paris". Para isso, eu penso que será preciso ainda muito tempo, por causa da falta de unidade ou de uma acção sincronizada, num dado momento, para que as greves possam ter um efeito real. Pessoalmente, considero responsáveis os partidos políticos que apenas procuram ocupar posições na perspectiva do futuro, assim como arranjar tuchos para alguns dos seus "líderes". Mas quando chega a "hora da verdade" nunca os vemos em nenhum lugar.

Recentemente houve manifestações bastante importantes, como por exemplo a que fizemos em Moratalaz(1), para protestar contra o aumento do custo de vida, na qual participaram para mais de 200.000 pessoas; era deveras impressionante ver como se manifestavam as mulheres, os homens e as crianças, gritando contra o Governo, Juan Carlos e toda a falsidade do sistema, tudo isto diante dos polícias que não podiam intervir pois a manifestação estava autorizada. No entanto, quando se chegou ao limite do tempo previsto, desencadeou-se a porrada generalizada e as corridas clássicas. Mas, como eu te dizia,

nenhum dirigente operário estava presente, ou, pelo menos, nenhum esteve à cabeça da manifestação.

Houve também uma manifestação não autorizada no aniversário do assassinato, nos últimos dias da vida de Franco, dos 5 membros da ETA e do FRAP; nesta manifestação um comando do Cristo Rey(2), matou um estudante e em protesto foi decretada uma jornada de luta para o dia 19 de Outubro. O Governo Civil declarou na TV que esta jornada fora um falhanço, mas eu não penso que seja verdade, e se é um facto que houve pouca movimentação aparente, a greve tocou mais de 150.000 pessoas -- por exemplo, nós na RENFE (3), paramos o trabalho em todas as oficinas. Também nesta ocasião os líderes estiveram ausentes! Alguns deles, os que trabalham apesar de serem delegados sindicais, não participaram na greve. Durante este dia de greve um dos nossos camaradas foi preso. Nós fizemos várias tentativas junto do Governo Civil e, ao fim de 72 horas, ele foi libertado.

No que diz respeito à recente greve dos Correios, tinha começado maravilhosamente, mas o Director Chefe dos Correios conseguiu que o pessoal retomasse o trabalho após ameaças, insultos e prisões. Tinha carta branca do Governo para todas as medidas que quisesse afim de acabar com a greve. Recusou receber uma comissão, formada pelos trabalhadores, após o que



dois carteiros foram presos -- ao que parece eram delegados sindicais e dirigentes da luta. O Director decretou também sanções disciplinares contra mais de 200 carteiros, conseguindo assim romper a unidade que existia no começo da greve. Após o recomeço do trabalho ele apresentou-se nas estações do Correio, escoltado por polícias, provocando os trabalhadores com frases do género: "Se és um homem insulta-me agora!", "Porque é que agora te calas e não te revoltas como fazias antes?", "Se não te decides a trabalhar ponho-te na rua imediatamente". Noutros lugares os inspectores de cada Correio procediam da mesma forma. Durante todo este tempo os dirigentes das centrais sindicais assistiam a todas estas injustiças e calavam-se!

Tudo isto porque o que eles querem é mostrarem-se dóceis para com o Poder afim de poderem participar nesta reforma do Governo, com a qual os grupos sindicais parecem estar mais ou menos de acordo; tudo isto porque em vez de se mostrarem revolucionários, eles são oportunistas que se desenrascam, que se "portam bem" para que não se esqueçam deles. Se assim não fosse, nesta altura, quando tantas injustiças têm sido feitas, eles ter-se-iam precipitado para desencadear acções diferentes das palhaçadas habituais, destinadas apenas a desorientar as massas. Pelo menos esta sua atitude permitiu que os camaradas que estavam um bocadinho a margem das lutas tomassem consciência.

A meu ver tudo isto não se tem passado da melhor maneira! E finalmente assistimos a coisas que acabam por conduzir à derrota dos trabalhadores; mas, enfim, nós continuamos confiantes no futuro. De qualquer forma nós não faremos o jogo do Governo, com o qual no futuro não estaremos mais de acordo do que estamos já hoje!

Madrid, 12 de outubro de 1976

- (1) arredores de Madrid
- (2) grupos fascistas
- (3) Sociedade Nacional de Caminhos de Ferro, nacionalizada.

Café Paris

A GERTAL é uma empresa de alimentação. Além do CAFÉ PARIS temos a exploração das cantinas da Siderurgia, da Assembleia da República, da TAP, da Cecil, etc.

2º Delegado sindical - Embora seja uma multinacional eles dizem que a GERTAL não tem nada a ver com a Jacques Borel em si. Esta é uma multinacional que está associada à CUF e já ouvi falar que 50% dum e 50% da outra, mas não quero afirmar...

1º D.S. - O J. Borel comprou isto ainda antes do 25 de Abril à boa maneira fascista... julgava que vinha fazer aqui uma implantação como é seu costume, mas é claro, isto agora é para todas as massas e não para os senhores magnates... aliás ele apreguou mundos e fundos mas não serviu de nada...

Isto abriu à volta de 18 meses e no dia 23 de Julho de 1975 eu fui chamado pela administração... somos chamados pela administração e avisam-nos que isto "para dar rentabilidade" tinham que despedir 12 pessoas...

COMBATE - Quantos são então?

1º D.S. - Nós éramos 59... Era para ficarem com 45... dois iam voluntários e ficavam 45... para dar rentabilidade à empresa, ou melhor para não dar prejuízo. Eu falei com o pessoal e eles não foram capazes de encerrar as pessoas e eu, muito a custo tive de nomear os que eram para ser despedidos. E perguntei-lhes: "Pá, o que é que vocês querem? Querem a indemnização por lei! O que é que querem?" E eles responderam "Eh pá, nós não queremos o desemprego!" Fui falar com a administração que disse: "Nós cumprimos pela lei". É claro que a lei deles não era a nossa! ... É aquilo que eu critico nos decretos. Sai um decreto-lei, no dia seguinte sai outro que passa por cima deste... e o indivíduo nunca chega a saber o que anda a fazer...

Olhe, o sr. Tomás Rosa, Ministro do Trabalho, despediu 12 trabalhadores do Ministério por um decreto feito em 1943! E os 23 da Televisão foram por um decreto do Salazar! ... Portanto a rede continua na mesma...

Ora pelo nosso C.C.T. era um mês à experiência e agora são só 15 dias... mas não está no contrato, e passado esse prazo tem-se direito a um ano de indemnização. Mas pela lei das Associ-

ações dá três meses... Bem, mas eu não deixei. Ninguém vai para a rua, e como a Empresa é grande tem de pagar... e não foi ninguém para o desemprego. Eles ficaram na Empresa. Foram para Refeitórios, Bar... A administração não queria mas nós batemos o pé e inclusivamente há um que não tem ainda emprego... é um cozinheiro. Mas está a receber o ordenado. E agora estamos a tentar que ele venha de novo para aqui...

Agora, há um mês sensivelmente, fomos chamados outra vez à administração. Diziam eles que: "isto, continuando assim, mais dia menos dia vamos fechar a casa". Ora da outra vez que nos tinham fechado a casa foram dois meses -- Agosto e Setembro -- mas sempre a pagar. Foi então afixado um papel a dizer que ia haver obras. Mas eles não queriam obras nenhuma. Mas como há uma lei que considera lock-out se não se pagar os vencimentos e se não se fizerem obras, eles tiveram que arranjar aí uma parede. Mas eu falei com os meus colegas e disse-lhes: "Eh pá, a gente não vai deixar fechar a casa. A casa não fecha porque eu não deixo. Garanto-vos que a casa não fecha se eu tiver colaboração, nem que tenha de chegar ao fim do mês e pagar os ordenados à malta..."

2º D.S. - A administração dizia que a maioria dos prejuízos era fomentado pelo pessoal, mas afinal chegou-se à conclusão que não era pessoal que fazia. Havia uns desvios de material



Este delegado sindical assume inteiramente o seu papel de "mata-borrão" das lutas -- chama a si toda aquela agorância e iniciativa que, multiplicada pelos elementos de uma classe explorada lhe dariam a força para pôr fim à exploração. Na ausência de uma organização sindical acabada, ele assume as responsabilidades de toda a organização (é conselheiro, juiz, negociador, eventualmente junto do M. T.) e até tesoureiro (pelos pequenos avanços que faz aos trabalhadores). E como está no papel de delegado sindical ser contra as reuniões, ele afirma-se "contra as reuniões, como delegado sindical".

e gêneros que era o director que os levava para o seu restaurante, o Barbe, em Nova Oeiras. Temos provas concretas disso Facturas... Ainda ontem esteve aqui um fornecedor que nos perguntou porque razão as encomendas eram feitas aqui e o material entregue em Oeiras...

1º D.S. - O próprio director desencaminava os clientes para o restaurante. Era um indivíduo que andava feito com o francês. A administração é o sr. Yves Beck, o dr. Cabedo da CUF e o sr. Crisóstomo Silva -- e então como é que ele fazia: tinha por exemplo um banquete e desviava o banquete para o restaurante dele. E dizia que lá era melhor, porque era uma "varanda sobre o mar", etc... Era um indivíduo que numa semana fez 13 horas de serviço cá na casa...

2º D.S. - É claro que não admira que assim a casa desse prejuízo embora nós tivéssemos por várias vezes alertado a administração. Mas eles disseram-nos que enquanto nos pagassem o ordenado, nós não tínhamos nada que nos meter nos assuntos da administração.

Delegado Sindical: o seu papel entre os patrões e os trabalhadores

COMBATE - Vocês fizeram pressão nesse sentido?

2º D.S. - Exacto. Apresentámos vários projectos de remodelação para o bom funcionamento do estabelecimento. Eles respondiam que isso era com a gerência. No entanto, nós dizíamos que era da má gerência...

1º D.S. - Mas quando lá fomos eles queriam que nós então decidíssemos sobre os outros quarenta e tal trabalhadores. Nós dissemos que não: que era aqui, com todos os trabalhadores, que se iria resolver o assunto. E vimos... Claro que se viessem o director ou o administrador só, nós não considerávamos a reunião. Dispersava logo. Mas vieram as pessoas que nos interessavam e nós arriámos a bronca à altura...

cont. na p. 15

A legislação reflecte sempre o ponto de vista das classes dominantes. Mas, além disso, tal como no interior de cada classe há contradições de grupo mais ou menos profundas, existem também no seio de um mesmo sistema legislativo oscilações e discrepâncias. É assim que frequentemente despachos (de ministros) contrariam o espírito de decretos (do governo ou da Assembleia), etc.

Este último aspecto é, no entanto, secundário, e a luta entre as classes é a base fundamental do carácter contraditório das leis: 1º) os explorados, nas suas lutas, impõem situações de facto contrárias às leis dos exploradores, mas que estes são, frequentemente, obrigados a reconhecer durante algum tempo; 2º) a sociedade está em permanente transformação, acelerada ainda pelas lutas sociais, e as leis têm um carácter estático, imóvel.

É utópico pensar-se que haja leis que resolvem os conflitos sociais. Pelo contrário: são sempre as lutas sociais que, para um lado ou para o outro, resolvem as ambiguidades das leis. Estes conflitos resolvem-se, não na leitura da lei, mas na força do movimento operário.

Café Paris

29 D.S. - A coisa andava um pouco encoberta pelo tal administrador francês, mas foi o da CUF que fez pressão porque não tinha conhecimento destas coisas...

COMBATE - Nessa reunião estavam as pessoas da administração e todos os trabalhadores. Até então como é que vocês se organizavam? Quer dizer, quem é que ia às reuniões com a administração?

19 D.S. - Eram os delegados sindicais.

COMBATE - Mas antes dos delegados sindicais irem às reuniões como é que faziam? Reuniam-se aqui com os restantes trabalhadores?

19 D.S. - Quando havia qualquer problema a administração chamava os delegados sindicais e depois, de vez em quando, nós fazíamos aqui umas pequenas reuniões com os trabalhadores a dar conhecimento. Na tal reunião eles convidaram o director a demitir-se. E arranjámos outro indivíduo.

COMBATE - Quais são as relações do novo director com o pessoal?

29 D.S. - Óptimas. Até à data têm sido óptimas. O outro provocava a divisão entre o pessoal e este parece não dar confiança...



COMBATE - Como é que os restantes trabalhadores, para além dos delegados sindicais, têm participado na luta?

19 D.S. - Os delegados sindicais são bons quando não há ordenados. Desde que se receba não se lhes passa cartão, mas quando vêm as "barbas de molho" agarram-se logo aos delegados sindicais...

Mas nós temos tido muito apoio até ao ponto de nós queremos sair mas não nos deixam e isso é um estímulo. Eu tenho cá o meu feitico. Gosto do patroão mas também gosto dos empregados. Mas também lhe digo: eu sou mu-

to a favor dos patrões. Sou a favor dos empregados mas se eles estiverem mesmo a provocar o desemprego, eu não posso concordar. O que eu não posso ver é essa divisão entre pessoal, encarregados e patrões como foi com esse gerente anterior que aí esteve ... era uma divisão bruta... toda a gente se cortava.

Cada medalha tem o seu reverso... e a outra face do dinamismo de delegados sindicais que se substituem aos trabalhadores só pode ser a passividade da grande maioria destes. Ao contrário das alturas em que os trabalhadores em luta dispensavam todas as estruturas escapando ao seu controle, e portanto se deparavam com os dirigentes sindicais de mãos na cabeça e a fazer apelos à calma, tocamos aqui o ponto em que, para as estruturas sindicais, os trabalhadores são demasiado passivos e até conformados e sem consciência.

COMBATE - Mas vocês reúnem habitualmente com os restantes trabalhadores?

19 D.S. - Eu, como delegado sindical, fui sempre contra as reuniões. Só em último caso é que reúno. Porque, aqui nesta casa, nas reuniões só se "lavava roupa suja". Se for de emergência, embora a administração não autorize, reúnem-se e reúnem-se mesmo.

COMBATE - E qual é a opinião dos trabalhadores sobre isso? Eles são partidários de reuniões ou não?

19 D.S. - A maior parte quer reuniões, mas esses são os "lavadores de roupa". As reuniões que aqui se faziam eram de emergência. Se alguma coisa há a dizer ao trabalhador, sou eu próprio que o chamo.

COMBATE - E quando o trabalhador tem qualquer coisa a dizer a si, como é que faz?

19 D.S. - Chama-me e diz: "Passa-se isto assim assim..."

COMBATE - Não lhe parece que seria melhor fazer a coisa em conjunto de forma a todos tomarem conhecimento dos problemas?

19 D.S. - Dos muitos problemas que tem havido, eu tenho-os resolvido sem sequer dar conhecimento aos trabalhadores. O indivíduo diz-me, mas eu trato do problema e não lhe digo nada. Só depois, quando eu sei que ele recebe, digo-lhe: "Pá, já recebeu-te?" Eu já paguei aqui, só para levar a minha avante, 32 contos de ordenados e olhe que não sou nenhum magrate...

29 D.S. - Nós conseguimos por fim uma coisa: o pessoal considerava os delegados sindicais como novos patrões. Nós opusemo-nos a isso quando

entrámos. Dissemos que éramos os porta-vozes dos trabalhadores perante o sindicato e o patronato. Até se dá o caso que quando entrámos havia um problema com um trabalhador e nós dissemos que entrávamos mas não pagávamos nesse caso porque o trabalhador não tinha razão. Só factos concretos em que vemos que o trabalhador tem razão e que pegamos neles.

COMBATE - Nesse caso como é que os trabalhadores reagiram? E o próprio trabalhador que tinha levantado o problema?

29 D.S. - O próprio trabalhador fez a sua defesa e nós não nos opusemos a que ele andasse com o caso para a frente nem o obrigamos a parar. Nós não intervimos. Era entre ele e a entidade patronal. E chegou-se à conclusão que ela tinha razão. Os outros quando viram que a entidade patronal tinha provas, tiveram que se sujeitar aos factos que foi o despedimento do trabalhador com justa causa.

O que significa um trabalhador não ter razão numa reivindicação? Quem define a razão? Apuradas mesmas leis que atrás se viu serem contraditórias? Porque é que as leis, aqui, não são já contraditórias?

Não teremos aqui a dupla face do aparelho sindical burocrático? — Insera-se, por um lado, no aspecto reivindicativo das lutas dos trabalhadores; por outro lado, é o instrumento usado pelo capitalismo moderno para a organização e a gestão da força de trabalho.

É por isso que os sindicatos burocráticos querem leis não contraditórias entre si e que lhes permitam tomar entre os patrões tradicionais e os proletários a posição de uma nova classe: os gestores.

COMBATE - Um dia vocês vão-se embora e como é que os trabalhadores vão lutar quando tiverem de o fazer? Não correrão o risco de ficarem desmobilizados?

19 D.S. - Pois correm. Correm mesmo. E por isso que eles não me deixam sair.

COMBATE - E não lhe parece que uma solução seria eles passarem a colaborar consigo nas reivindicações, tornando-se activos?

19 D.S. - Até aí é indiscutível que eles colaboram mesmo, tanto homens como mulheres... Uma coisa que eu diga é assim e é assim mesmo. E se querem uma coisa qualquer os galos pedem-me a opinião: "Pá é assim que eu devo fazer?" E eu então digo-lhe...

COMBATE - Mas não lhes parece que se houvesse uma divisão do trabalho entre todos os trabalhadores, se eles participassem mais, não seria menos cansativo para vocês? E eles não se habituariam a defender, na prática, os seus interesses?

19 D.S. - Não, não... O sr. quis dizer dividir os trabalhos na questão de serviço?

Café Paris

COMBATE - Não. Quando existe uma dada luta e têm que fazer ou ir a um dado sítio, a uma repartição, aqui ou ali. Isso não corresponde a uma sobrecarga de trabalho para os delegados sindicais?

19 D.S. - Pois, mas isso é um pouco diferente. Como trabalhador normal que sou, se chego a determinado lugar, espero, porque espero mesmo. Porque o indivíduo que não está metido nisto falta-lhe o expediente e arrogância. Eu, por exemplo, chego a um lado qualquer, como já perdi a vergonha, mostro o cartão e sou atendido mesmo. E perdi a vergonha porque vi as "barbas de mocho" e tínhamos que começar a trabalhar. Perdido por cem, perdido por mil.

COMBATE - E porque será que os outros trabalhadores não perderam a vergonha também?

19 D.S. - Porque, evidentemente, faziam confiança em nós. Nós nunca lhes mentimos.

COMBATE - A empresa GERTAL/J. Borel é uma multinacional e tem muitos interesses em França e em todo o mundo. Vocês tentaram contactar com outros trabalhadores em França ou em outros países, procurando a sua solidariedade?

19 D.S. - Não. Não, porque nós somos cá em Portugal à volta de uns 400 empregados...

19 D.S. - ...E em França, no sector de Hotelaria, o empregado é obrigado a trabalhar 12 horas ou mais e não pia. Não é permitido C.T.s nem delegados sindicais. O trabalhador é despedido de um dia para outro e não tem regalias nenhuma. E em Inglaterra também. Em Londres, os horários normais de hotéis, casinos, andam na ordem das 12 a 14 horas e pode-se ser despedido de um dia para outro sem indemnização...

COMBATE - E vocês contactaram os outros 400 trabalhadores cá em Portugal?

19 D.S. - Contactar, não contactámos, embora houvesse um bocadinho de solidariedade lá em baixo, na sede, através dos delegados sindicais.

COMBATE - Mas qual foi efectivamente a relação entre a luta dos trabalhadores daqui e das outras empresas ligadas à GERTAL?

solver isto...os dois. Mesmo na sede ofereceram-nos o apoio à luta mas nós dissemos sempre: Não. Temos de resolver isto. E acontece que resolvemos... mas tivemos a solidariedade...

O isolamento de uma luta, o assumir total da importância da sua luta é consequência, não da sua existência, mas da sua inexistência.

Uma luta inicia-se pela polarização em torno de uma reivindicação, "grande" ou "pequena" como forma aglutinadora e centralizadora de esforços. Mas a importância da luta não vem da reivindicação em si. Vem da maneira como ela se desenvolve, das formas criadas na sua expansão e do contributo prático individual à luta colectiva.

Fechamo-nos numa "especialização reivindicativa", ou nos problemas da nossa empresa, fiar-se no valor isolado de esforços, sejam de pessoas sejam de unidades empresariais, a nada conduz senão à derrota e talvez a um prestígio individual fútil.

COMBATE - Se essa solidariedade se tivesse concretizado, não vos parece que os outros trabalhadores conheceriam mais de perto a vossa luta?... E se alguma vez se encontrassem numa situação semelhante já poderiam responder mais activamente?

19 D.S. - Sabe... o pessoal dos refeitórios são dum domínio diferente do nosso... do de Hotelaria. A maioria das

proibidos da administração. Em 22 pessoas houve 12 votos nulos. Mas nós, os empregados da Indústria de Hotelaria, somos aqueles indivíduos que geralmente começamos a sofrer de náuseas e se os pisam sabem já aquilo que querem.

COMBATE - E então não acham que se lutassem mais em conjunto podiam aumentar a consciência dessas pessoas?

19 D.S. - ...As pessoas primeiro amesquinham-nos... que não precisam de delegados sindicais, não precisam de C.T. Quando se veem aflitas, voltam logo...

COMBATE - Mas, supondo que se vão embora, que se passaram, estando os trabalhadores assim?...

19 D.S. - Se nós tivéssemos desistido, posso-lhes garantir que o Café de Paris tinha fechado já... e a administração já me ofereceu um lugar como gerente com a condição de eu sair de delegado sindical... não sei o que é que os importava que eu fosse delegado sindical... mas eu não aceitei. Sou só empregado de mesa.

COMBATE - Gostaríamos de saber alguma coisa sobre a C.T. de cá. Como surgiu? Como foi eleita e qual o seu papel na luta? E a relação com os delegados sindicais?

19 D.S. - Nós cá temos uma comissão de trabalhadores que, por acaso, foi reeleita há pouco tempo, com três indivíduos. Destes três, há um que pertence à coordenadora das C.T.s da GERTAL. A sua missão é um pouco diferente. Os delegados sindicais são um elo de ligação do sindicato... mas, infelizmente, até aqui todos os problemas têm caído sobre os delegados sindicais, porque ninguém reconhece a C.T., ou porque ela nunca se deu ao interesse de saber o que é que lhe pertence. Antes de haver esses três da C.T., era só um. Tinha muito boa vontade, mas não dizia nada. Agora com esses que temos aí espero que nos poupem trabalho.

COMBATE - Porque é que se formou então a C.T.?

Elemento da C.T. - A C.T. formou-se por necessidade, evidentemente... e porque está na Constituição... É para resolver os problemas maiores a nível de toda a empresa.

COMBATE - E como se fez a eleição da C.T.?

E.C.T. - Reunimo-nos todos os meses na sede da GERTAL. Tudo o que se passa lá é resolvido.

COMBATE - Mas já fizeram algum plenário?

E.C.T. - Sim. Onde foram aprovados os estatutos da C.T..

COMBATE - E houve muita assistência a esse plenário?

E.C.T. - Foi um bocadinho fraco, porque há indivíduos que só lhes interessa o dinheiro. Em cerca de 400 foram só 60 e tal...

cont. na p. 17



19 D.S. - As "empresas" ligadas à GERTAL são de facto os refeitórios e nós tivemos o apoio ou a oferta dos nossos colegas de trabalho, das C.T.s mas por uma questão de velocidade nossa dissemos sempre: Não, nós temos de mostrar aquilo que valemos e vamos tentar re-

continas é, por exemplo, a senhora que começa a trabalhar porque o filho estuda e o ordenado do marido não chega e portanto abaixam-se por tudo e por nada. Por exemplo, no refeitório do Hospital de Santa Maria foram lá eleger a C.T. e eles disseram que estavam

Café Paris

COMBATE - Portanto a C.T. diz respeito à GERTAL?

E.C.T. - Sim. São 27 indivíduos que fazem parte da C.T. na base de um por cada dez e reúne a nível da GERTAL. E existe uma Coordenadora, que são três pessoas, eleita pela própria C.T., que é o centro de decisão, digamos...

COMBATE - Reunem habitualmente com os trabalhadores?

E.C.T. - Agora que se foi embora o director, isto normalizou... problemas não há.

COMBATE - E têm tido contactos com outras lutas no sector? Colaboraram?

E.C.T. - Tivemos sempre a par e colaboramos. Quando foi a direcção do Sindicato, por exemplo, fizemos tudo para eleger a direcção que queríamos e apoiámos diversas lutas através do sindicato.

COMBATE - Que lhes parece que podem fazer para tentar uma dinamização, para fazer com que haja participação?

E.C.T. - Vamos tentar fazer um jornal para manter o pessoal ao corrente do que se passa e mudar os dias, talvez ... porque a maior parte do pessoal é feminino.

COMBATE - E não te parece que para tirar as pessoas do marasmo seria útil alargar os contactos com as outras lutas de trabalhadores, dentro e fora do sector, por exemplo, auto-gestão?

E.C.T. - Não temos, de facto, tido esses contactos e isso até é uma falha. No caso das auto-gestões, eu acho que o povo português até nem está preparado. Houve uns casos em que a coisa correu bem e os trabalhadores até estão bem... Foi o caso de um hotel na Madeira e de Baía.

COMBATE - E é o que acham do sindicato no que respeita à divulgação das lutas dos trabalhadores?

E.C.T. - Sim... temos o jornal...

COMBATE - Os clientes tiveram conhecimento da vossa luta? Qual foi a reacção?

E.C.T. - Perguntaram porque é que isto esteve fechado. Nós dizíamos que era para obras e não falavam mais nisso... não tinha interesse em lhes estar a explicar, porque a nossa clientela aqui...

19 D.S. - Outros perguntavam se nós estávamos em auto-gestão e alguns chamavam-nos comunistas porque usamos a camisa vermelha... e por causa disso vamos mudar de farda.

Acercamos-nos de duas trabalhadoras e inquirimo-las:

COMBATE - Têm conhecimento da C.T.? Qual é a sua relação convosco?

19 trabalhadora - Eu cá não sei. Estou pouco dentro disto... e a C.T. foi nomeada há pouco tempo...

29 trabalhadora - Eu cá estou feliz tanto com a C.T. como com os delegados sindicais. Nós elegemo-los e eles tratam daquilo que nós precisamos.

COMBATE - E se amanhã eles vos desagradarem, como procedem vocês?

29 trabalhadora - Se eles não tratarem das coisas como deve de ser, nós arranjaremos outros...

COMBATE - Como pensam que isto se vai processar daqui para a frente?

29 D.S. - Nós sabemos que o administrador também vai ser substituído e temos esperanças que de facto ele realize, tal como o novo director, qualquer coisa, cá no Café de Paris.



nos lucros. Mas não eram essas as nossas intenções. Os nossos ordenados são os mesmos do C.C.T.. Nós somos trabalhadores iguais aos outros, temos as mesmas regalias que eles têm. Nunca pensamos na cooperativa precisamente por causa disto. Encaramos mais o sistema autogestionário, aliás « que foi compreendido pela maioria ou quase totalidade dos trabalhadores. O pessoal recusou ficar como patrão, disse até que estava muito de acordo que o salário lhe chegava para eles viverem, bem ou mal, o problema é deles.

Assim chegámos à conclusão que, como chegávamos a ter à volta de 10.000 contos em caixa, ter outros 10.000 contos no banco não aquece nem arrece, é dinheiro que está imobilizado, é capital que está parado, podendo esse mesmo capital dar emprego a outros tantos trabalhadores como nós. E então que outras propostas lançou o pessoal? Já há mais propostas de abriremos novos postos de trabalho não só internos como externos. De hoje para amanhã em vez de sermos um hotel poderemos chegar a ser até três ou quatro. Andamos até em negociações com uma casa e o que tem mais piada é que foram os próprios patrões dessa casa a vir ter connosco para tomarmos conta da casa deles que está praticamente na falência. Isto só dá razão a todos os trabalhadores que estão dentro do hotel Baía, pois que são os próprios patrões das outras firmas que vêm ter connosco para que tomemos con-

Hotel Baía

ta das casas deles quando estão na falência. Ainda hoje aqui veio o empregado de uma firma que é daqui bastante perto, porque o patrão gostava que nós o contactássemos para tomarmos conta da firma dele; possivelmente até vamos entrar em negociações com eles e daí poderão nascer 20 ou 30 postos de trabalho criados com os lucros daqui, lucros esses que não podem ser para ninguém. Então o que é que sucede a esses lucros? São retirados daqui para abrir ali. De hoje para amanhã a casa, se ficarmos com ela, acaba sempre por dar lucro - dinheiro que ficará novamente imobilizado, que não serve para ninguém. Nós pessoalmente não lhe podemos mexer, nem a gente quer, nem pode... enquanto houver vamos aumentando, quando acabar...

Uma proposta: O Instituto Autogestionário

COMBATE - Falou há pouco num possível Instituto Autogestionário. Quería saber qual é a vossa ideia sobre esse tal possível instituto, por quem seria criado, qual seria a sua função, etc.

B - Portanto o instituto, eu vejo-o, dentro de uma sequência lógica da actual correlação de forças, e vejo-o como uma solução para a definição da

propriedade. Nesse caso estando no governo um Partido que defende, em princípio, a autogestão, é lógico que surja uma iniciativa, talvez simultaneamente entre todas as forças que apoiam a autogestão e o próprio governo, interessado em ver prosseguir e analisar uma experiência que pode modificar a economia do nosso país; responder às solicitações mais prementes de reconstruir este país dentro de um espírito novo, de uma economia nova. Não há dúvida que isto tem de ser reconstruído, o único problema é reconstruir como. Ora nós pensamos que é aí que a autogestão vem dar esse contributo para uma economia socialista. É lógico que isto não é feito num dia, acompanhará de perto a possibilidade que os trabalhadores têm de dominar a técnica. Nós, na hotelaria temos uma facilidade maior, porque dominamos a técnica em todos os escalões. Mas digamos antes disso há que definir essa propriedade e nós cremos

que se o governo decidir nesse sentido, poderá inclusivamente resolver o problema das empresas estatizadas numa maioria delas, conforme os trabalhadores forem demonstrando a vontade de enquadrarem essa propriedade estatal no Instituto. Digamos, modificar o caminho que foi traçado, dos

Hotel Baía

cinco governos provisórios de nacionalizações, porque não se pode pôr sequer a hipótese da recuperação capitalista dessas empresas! A seguir como vai, não há dúvida que vamos cair no capitalismo de Estado, portanto na criação de uma classe de gestores privilegiados. O governo está confrontado com uma alternativa: cremos que o governo poderá optar por uma solução que tenha o apoio dos trabalhadores interessados no processo autogestionário, o que iria preencher uma lacuna que existe. De facto talvez mesmo as forças que hoje gritam que se deve expropriar e que não se deve pagar aos patrões, não cuidaram de gritar, nessa altura, "exproprie-se em vez de nacionalizar". Isto é uma crítica que não é um ataque, porque é na crítica e na análise dos erros que vamos avançando. Isso foi errado; esperemos que o governo o corrija, e nós temos uma confiança -- crítica é certo -- mas

temos uma confiança no responsável pelo Ministério do Trabalho. Criticamos quando é de criticar. Mas apoiamos as iniciativas que nos podem ajudar na nossa perspectiva autogestionária, que contribuem para a solução dos problemas, a emancipação dos trabalhadores e a criação do poder democrático. É neste sentido que nós vemos, e desejamos, e estamos prontos a apoiar o M. T. na criação do Instituto Autogestionário ou algo semelhante que faça a transição e a definição da propriedade. Claro! Com a condição, sempre, de a gestão e a reprodução desses bens nunca saírem das mãos dos trabalhadores. Aliás, isto para o Estado, neste momento, não tendo formas de financiamento a não ser o recurso aos impostos, recorrer ao agravar da situação dos trabalhadores, levanta grandes problemas: fazer face a empresas deficitárias (nao esqueçamos que 64% da economia está

nas mãos do Estado) fazer face a tantas empresas deficitárias, como é que o erário público pode fazer face a isto tudo se a estatização encontra sempre um estado de espírito não favorável à produtividade. Poderia ser que o Estado, libertando-se disso nas empresas em que os trabalhadores mostrem vontade de entrar em autogestão, conseguisse aligeirar o orçamento público e aliviar o governo de encargos que tem de contrair anualmente, o que se iria reflectir na diminuição dos impostos, ou pelo menos o seu estacionamento.

Nós fazemos uma análise política, embora haja diferença de ideologias, que nos leva a apoiar este governo porque é a última oportunidade que nós sentimos de modificar esta sociedade. Nós, que vimos o processo a avançar e recuar, sentimos que é a última oportunidade que tem os trabalhadores que defendem a autogestão. Depois disso, ou a estatização, ou a recapitalização privada da propriedade.

Ligações entre empresas em autogestão

COMBATE - Já que falou em mais restaurantes, cafés e hotéis em autogestão, e como tem falado na união dos trabalhadores, no avanço da sua luta, queria saber se vocês sentem necessidade, ou se há alguma tentativa de coordenar o contacto directo entre os trabalhadores dessas empresas que estão em autogestão, não só dentro do vosso sector, como entre vários sectores.

B. - Temos planeado para dia 17 uma reunião com uma série de empresas do nosso sector que estão em situação semelhante à nossa, para tentar criar uma série de serviços comuns. E para ir mais além, entrar em contacto com a união das cooperativas da região de Santarém, para vermos a possibilidade de fazer uma ligação: eles produzindo alimentos, nós vendendo alimentos, e transformando-os, claro. É essa ligação que nós sentimos que, no fundo, faz sentir satisfeito quem vive a autogestão. Nós não podemos encerrar isto numa forma egoísta; porque se fôssemos fazer-lhe iríamos para empresas onde há patrões, ganhar mais, muito mais. Nós encaramos isto como uma militância revolucionária. Sentimos que há um país novo a construir, que vale a pena fazer esse sacrifício, que é necessário dar algo, mesmo ao próprio consumidor -- aquele de quem nós vivemos no fundo. E esse algo é conseguirmos, vendendo ao consumidor, fazer a ligação com os trabalhadores do sector produtivo e eliminar assim uma classe parasitária. Vamos oferecer ao consumidor algo mais: um produto de igual ou maior qualidade a preço mais baixo e pensamos assim arrastar muito mais gente para a ideia da autogestão. Verão na prática que aquilo os beneficia. Dizer que a autogestão é boa porque melhora a situação dos trabalhadores -- só pelo dizer ninguém aceita, não vale nada. Passaram dois anos a dizer-nos que o socia-

Quando uma empresa está sob o domínio de um proprietário particular, este não se apropria só da mais-valia da empresa que possui. Chega-lhe às mãos parte da mais-valia produzida pelos proletários de outras empresas, assim como parte do produzido na sua empresa é distribuído à classe capitalista em geral, mediante os impostos, os desfasamentos dos preços, as imposições monopolistas, etc.

Uma empresa em autogestão inserida no contexto geral de uma sociedade capitalista continua a produzir mais-valia para os capitalistas, e os seus trabalhadores continuam, por isso, a ser explorados. São explorados porque: a) parte da mais-valia que produzem é distribuída à classe capitalista globalmente considerada, mediante os impostos; b) incluídos no mercado mundial, e no mercado nacional capitalista, são obrigados a praticar preços que acarretam geralmente uma apropriação suplementar de mais-valia por parte de monopolistas; c) o sistema monopolista do mercado mundial pode desviar clientes ou fornecedores dessas empresas em autogestão, de modo a aumentar-lhes os custos de produção.

O trabalhador B está convencido que ninguém se vai apropriar do que produz, que não há exploração. O leque salarial da empresa é de 1 para 2,5 o que reflecte uma tendência para a igualização dos salários a nível interno, mas estes são regulados pelo C.C.T. do sector. Será que os trabalhadores os consideram "salários justos" e não os vêem como resultado de uma luta? Numa empresa gerida pelos trabalhadores o controle sobre o destino dos lucros é fundamental para a definição das relações de produção. Os critérios de reinvestimento para a criação de mais postos de trabalho ou a sua utilização em apetrechamentos sociais, o pagamento ou não de impostos para o "progresso social", reflectem o grau em que os trabalhadores escapam à lógica da economia capitalista.

Os trabalhadores, aceitando a socialização da propriedade, regulada pelo Estado, e a cobrança feita por este de "imposto para o progresso social", mesmo que exijam o controle sobre a gestão e a reprodução dos bens, acabam por cair no beco do Estado-dos-trabalhadores, berço de uma classe burocrática que em nome dos próprios trabalhadores continua a exploração.

Na perspectiva de uma autogestão que não põe o problema do poder, e que portanto aceita a lógica de um poder exterior aos trabalhadores organizados no local de produção, esta é recuperada pelos centros de gestão capitalista, utilizando a capacidade intelectual dos trabalhadores, integrando-a nos processos de aumento da produtividade. É o que acontece, por exemplo, na Iugoslávia, onde o Estado integra uma maioria de empresas em autogestão. Aqui, em princípio, os trabalhadores, além de gerirem os meios de produção, fazem propostas sobre os objectivos da produção, e os gestores centrais ficam limitados à função de enquadramento dessas propostas numa perspectiva global; a proposta dos trabalhadores, depois de ser tratada, é reinviada à empresa para execução.

O capitalismo de Estado surge assim como um sempre-em-pé, que por mais que se atire ao ar cai sempre sobre a própria base. Mas, como todos os balões -- estoura!

Hotel Baía

lismo era bom e no fundo sabemos que para muitas pessoas pioraram as circunstâncias e a qualidade de vida. Para ganhar pessoas para o processo há que demonstrar na prática que é possível modificar com vantagens: vantagens a curto prazo que são melhores que as vantagens a longo prazo. Claro que há sacrifícios a fazer. Nós fizemos-los aqui! Se conseguirmos mostrar-lhes primeiro os benefícios, eles compreenderão a ideia de que para os conseguir alguém passou pelos sacrifícios, e estarão na disposição, quando chegar a vez deles, de passar também por eles.

COMBATE - Neste momento vocês vão ter a tal reunião com outros hotéis em autogestão. Mas isso é só o início do processo ou há já alguma coisa de sólido nessas ligações?

E. - Já temos vindo a falar uns com os outros, trocando experiências.

Resta aqui acrescentar que, como disse o A., eu enquanto não estive directamente a trabalhar numa destas cooperativas dava assistência a uma série delas, uma vez que era dirigente sindical; mas era eu o único que, no Sindicato, acreditava na autogestão e nas comissões de trabalhadores. No fundo, aqui foi uma questão de ideologia que se pôs à frente da prática, embora hoje seja já a prática a aperfeiçoar o que eu julgava ser o caminho e a estratégia correctos. Portanto, estive ligado ao nascimento de uma parte substancial dessas empresas e verificámos um congregar de ideias semelhantes em muitas delas. Ainda não é um projecto concretizado, mas pensamos que não será possível concretizá-lo porque nas conversas informais que temos tido não vimos qualquer impossibilidade de o fazer: temos a técnica, temos os meios, precisamos apenas, agora, de encontrar um bocadinho de organização e um bocadinho de colaboração por parte dos camaradas do sector produtivo.

COMBATE - Salvo erro existe qualquer coisa chamada Federação das Empresas em Autogestão. Vocês têm contacto com esse organismo? Qual é a função dele?

B. - Nós temos tido certos contactos com a Federação das Cooperativas. O problema aqui é que no sistema autogestionário, portanto no sistema cooperativo, há duas filosofias: há aquela filosofia que não se limita a querer mudar as relações de produção, mas também quer criar um homem novo. Um homem que se liberte da escravidão da técnica, da mera rotina de produção, para se sentir um ser que produz por uma razão que não é apenas receber um salário. Ora nós pensamos que em muita da filosofia que preside a certos movimentos iniciados logo que surgiram as cooperativas, era no fundo tentar imprimir-lhe um mero avanço nas relações de produção. Portanto, os nossos contactos são contactos de diálogo; temos aqui, por exemplo, uma dessas cooperativas filiadas com quem nós vamos trabalhar. Pedimos-lhe um orçamento para uma obra que vamos fazer e as nossas relações são deste género.

A. - Já nessa altura, numa reunião que tivemos, foi levantado o problema do cooperativismo que visava mais o lucro. Houve lá num caso, um problema em que surgiram pequenas divergências, mas o próprio sistema autogestionário já estava quase sobreposto ao cooperativismo. Já se estava a encerrar a coisa não bem como cooperativismo, mas já mais como sistema autogestionário.



COMBATE - Há bocado falou-se na ligação com empresas em autogestão no vosso sector. Querria saber... Vocês aqui gastam produtos da terra, já falamos que vão ter contactos com uma união, com cooperativas agrícolas, com herdades colectivas. Em que medida é que isso já existe na prática? Por outro lado, para além das cooperativas agrícolas há empresas em autogestão noutros sectores, por exemplo no têxtil; vocês têm aqui toalhas de mesa, de banho... Há empresas em autogestão nesse sector que vos podem fornecer esse material. Vocês já romperam um bocadinho com o mercado capitalista tradicional, comprando aí no comércio vulgar, ou já fazem as encomendas às empresas em autogestão, que vos possam fornecer produtos que necessitam aqui no hotel?

A. - Há certos produtos que nós gastamos já de uma cooperativa desse género, que é a Quinta. Há outros produtos que temos que comprar diariamente, que ainda não há um mecanismo de os poder chegar até cá. Há outro problema, com estruturas metálicas, para consultarmos sempre as cooperativas; como é lógico pedimos sempre

um orçamento. Por razões económicas conjunturais -- estamos em altura de consolidação -- ainda temos que atender ao montante que nos custa. Mas quase sempre as cooperativas vencem, mesmo sob o ponto de vista de dar orçamentos mais baixos. Portanto, está-se na prática, sem criar à priori uma situação de exclusividade, a tender para alicerçar um intercâmbio muito assíduo com as cooperativas.

Neste momento temos portanto: o fornecimento através da Quinta; consultas com outras cooperativas através da Federação das Cooperativas; estamos em vias de fazer a ligação com cooperativas agrícolas que tenham possibilidade de fazer entrega de produtos. Isto é numa fase primária, uma vez que não estamos ainda organizados ao ponto de ir muito longe buscar os produtos. Mais tarde virão outras possibilidades de colaboração.

B. - Nós por exemplo trabalhamos com pessoas autónomas no problema do frio; trabalhadores que se têm vindo a organizar, desempregados, etc. São camaradas bons técnicos, que entendemos que mereciam confiança, e de facto na prática fica-nos mais barato; é um trabalho eficiente e consciente. Vamos tentando assim dar, não a exclusividade, porque a situação económica não nos permite e, aliás, nós achamos também que não se deve fazer benemerência. Chegámos à conclusão que se uma cooperativa está a praticar preços mais altos que uma empresa privada, é porque algo está mal na cooperativa. Ora, se algo está lá mal, não arrematando para eles a empreitada essa é uma alerta para eles. Porque não posso admitir que uma cooperativa levada pelo ideal correcto tenham lucro superior ao de uma empresa privada. É este tipo de colaboração que naturalmente se vai experimentando na prática, e dentro de uma perspectiva correcta que é a de nos beneficiarmos uns aos outros.

Depois do 25 de Novembro

COMBATE - Depois do 25 de Novembro sentem mais ou menos dificuldade no avanço da vossa luta e da vossa organização?

A. - Depois do 25 de Novembro o patrão apertou mais, mas nós internamente conseguimos também mais unidade.

COMBATE - E da parte do aparelho estatal encontraram mais ou menos apoio?

A. - É mais organizado, mais consciente. Antes do 25 de Novembro, por exemplo, o Eugénio Rora passava-nos uma credencial, e depois dizia-se que ela estava mal e não tinha validade; depois, víamo-nos aflitos para arranjar outra. Apoiavam-nos, não há dúvida nenhuma, mas era um apoio

Turismo

III-Os problemas do trabalho no sector da hoteleira

Vejamos, para terminar, como as estatísticas podem fornecer-nos elemen-

tos de análise que facilitarão a compreensão das lutas sociais no sector da hoteleira.

Pessoal ao serviço em 31 de Janeiro de 1975:

Administração	Trabalhadores	Total	% de mulheres no total
2.569	21.319	23.888	43,6%

Trata-se, pois, de um sector onde o pessoal de escritório pesa apenas com cerca de 10% do total. Tendo em conta que a maior parte do pessoal feminino são trabalhadoras, e não empregadas da administração, a percentagem de mulheres no total dos trabalhadores é verosimilmente superior à percentagem no total do pessoal em serviço. Estes 21.319 trabalhadores repartiam-se do seguinte modo, em percentagem, pelas principais actividades:

Actividade dos trabalhadores	%
Andares	18,6
Mesa	16,7
Cozinha	13,9
Limpeza	4,2
Vários	46,6

O aumento dos investimentos no ramo da hoteleira teve como efeito aumentar a produtividade neste sector, isto é, mediante aperfeiçoamentos técnicos conseguir que um menor número de empregados possa realizar o trabalho antes executado por um número

maior. Sob o ponto de vista dos trabalhadores, a consequência imediata deste processo é a diminuição dos postos de trabalho; desde 1973 até ao fim de Janeiro de 1975 o número de empregos neste ramo diminuiu de 2.866.

Este aumento da produtividade é particularmente evidente ao vermos, na primeira metade da década actual, um aumento do número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros, acompanhado por um aumento da capacidade destes, e simultâneo com uma diminuição, a partir de 1973, do pessoal empregue. Se tomamos por base a situação em 1967, atribuindo a cada uma das três rubricas enunciadas o número-base convencional de 100, podemos ver a evolução posterior por comparação com esse ano de 1967:

Ano	Dormidas	Capacidade	Pessoal
1970	120	105	115
1971	125	107	117
1972	130	115	125
1973	145	125	140
1974	135	130	135
1975	150	135	125

Sob o ponto de vista do capitalismo em geral este processo integra-se numa concentração crescente de capital, de que resulta uma expansão cada vez maior das grandes unidades hoteleiras em detrimento das pequenas. Se relemos um quadro estatístico atrás reproduzido, respeitante ao afluxo de capitais ao sector hoteleiro, veremos como é muito superior a expansão dos estabelecimentos de categoria superior (Hotéis, Hotéis Apartamentos, Motéis) relativamente aos estabelecimentos inferiores (Pensões, Estalagens, Pousadas).

Este predomínio dos estabelecimentos de categoria superior relativamente aos de categoria inferior é confirmado quando vemos que os Hotéis, que constituem menos de metade do número de estabelecimentos do sector, ocupam mais de metade do pessoal.

Número de estabelecimentos 12.054
Número de hotéis 5.079

Tipo do estabelecimento	trabalhadores empregues (8)
Hotéis	62,5
Hotéis apart.	5,4
Motéis	2,6
Pousadas	2,0
Estalagens	4,0
Pensões	23,4

Esperamos que esta análise contribua para se compreender qual a importância relativa das lutas dos trabalhadores do sector hoteleiro no conjunto da economia capitalista do país; qual a possível actuação do governo neste sector; e qual o contexto mais geral em que se integram os problemas de despedimentos e de gestão incessantemente referidos ao longo das entrevistas publicadas neste número.

(Fontes principais: Instituto Nacional de Estatística, Estatísticas do turismo, 1973, 1974, 1975; Daniel AMARAL, "As Nossas reservas: quanto tempo ainda duram?", Expresso, 5 de Julho de 1975; Expresso, 28 de Fevereiro e 23 de Dezembro de 1976; Diário Popular, 15 de Setembro de 1976)

Hotel Baia

desgarrado. Agora directamente com o patrão foi pior: ameaças telefónicas, chegaram a partir do carro a um elemento da comissão. Aliás o patrão chegou a ser ameaçado pelo Marcelo Curto.

B - Depois do 25 de Novembro o patronato organizou-se e iniciou o processo baseado na lei antiga.

COMBATE - Projectos futuros...

A - Nós vamos fazer obras. Já estamos aqui com o nosso economato, que esta-

va num sítio tecnicamente errado. Vamos alargar as nossas áreas de venda de produtos, melhorar as condições de trabalho fazendo balneários para o pessoal, e as condições higiénicas e de trabalho na cozinha, porque aquilo nem saída de ar quase tinha. Obras que nos vão custar cerca de um milhão de contos. Depois dessa fase, a qual pensamos que vai criar mais alguns postos de trabalho e racionalizar certos circuitos internos do hotel, para ter maior eficiência e produtividade, pensamos se não será conveniente alargar a nossa actividade inclusive

dentro do mesmo ramo, de modo a não estarem dinheiros imobilizados. Por exemplo: ajudando certos camaradas nossos que estão em dificuldades e cujos patrões não se opõem a que nós tomemos conta daquilo. Embora antes tenhamos de o discutir: eles estão à espera de uma coisa que nós não lhes vamos oferecer. Mas se eles aceitarem as nossas condições, vamos tentar ajudar com a nossa gestão e com o nosso ideal, alargando a influência, na certeza que isso vai reforçar as nossas posições como núcleo.

No fundo, nós somos uma ilha. Conforme isto for alargando nós sentimo-nos mais firmes e optimistas para avançar.

CAFÉ S. CARLOS

Portanto, voltando ao assunto, se eles não abandonassem, nós continuaríamos no controle, que era o que estávamos a fazer. Mas nunca seria um controle bem feito, porque não havia pessoas competentes para o fazer. Eu era uma das pessoas, mas ainda havia pessoas menos competentes que eu; portanto, não me ajudavam. Eu dizia: "Vamos fazer isto e aquilo, porque eles estão a fazer isto". Então diziam-me: "Mas, como é que vamos fazer? Como é que a gente faz?"

"Eh pá! Vamos ter com eles, a ver como é que as coisas correm, para onde vai o dinheiro, por onde é que a mercadoria sai!"

A mercadoria que vinha para cá, vinha do super-mercado. Era uma mercadoria que ficava caríssima, pagávamos tudo ao preço de venda. Assim isto nunca poderia dar. Se viesse cá um contabilista poderia facilmente dizer que "afinal isto não dá". Queria o-

do, parece-me importante que todos os trabalhadores participem directamente nas lutas, que tomem conhecimento de todos os problemas. Como é que vocês encaram isso aqui? Todos os trabalhadores tomam conhecimento dos pequenos problemas que surgem?

Trab. - Todos os trabalhadores estão esclarecidos de tudo o que se passa. Tudo o que se passa na empresa é dito e afixado na parede do refeitório. Necessitamos que todos compreendam o que é realmente importante, que comecem a aprender que precisamos de trabalhar.

COMBATE - Vocês procuram apoio noutras empresas? Estabeleceram relações com trabalhadores de outras empresas?



brigá-los a fazer compras na praça, a fazer compras de tudo o que fosse necessário para aqui, onde fosse mais barato. Tudo o que fosse comprado no super-mercado já estava marcado com mais de 40% de lucro para o super-mercado. Isto significava que nós estávamos a trabalhar para dar lucro ao super-mercado. No fim do ano, se fizéssemos as contas, dizíamos: "Afim isto não dá lucro". Mas como é que poderia estar a dar lucro, se o lucro ia para o super-mercado?

COMBATE - De tudo o que disseste sobre o controle operário e dos problemas das relações dos trabalhadores, aqui no Café ou em qualquer outro la-

Trab. - Temos falado com trabalhadores de outras empresas em autogestão. Às vezes saem comunicados dos trabalhadores de outras empresas que trago para aqui e coloco-os no refeitório para os trabalhadores verem que não é só aqui que existem problemas. Os trabalhadores lêem e comentam: "Eles também estão a passá-las".

"É para vocês verem que os outros também sofrem e não somos só nós. É preciso ajudarmo-nos uns aos outros para que acabe este sofrimento".

Tudo isto já temos tentado, mas a maioria não compreende.

COMBATE - Qual é a situação do patrão? Continua com a propriedade jurídica do estabelecimento?

Trab. - O estabelecimento continua a ser do patrão. Só que não vem cá. As receitas são acumuladas e depositadas no banco. Contudo, neste momento, não estamos a pôr nada no banco, porque vai para as despesas e para os ordenados em atraso do pessoal. "Numa casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão". Aqui, quando há um bocadito de pão é dividido por todos. Quando há um bocadito de dinheiro é dividido por todos os trabalhadores.

COMBATE - Foi preso na altura em que o restaurante foi selado?

Trab. - No dia 23 de Agosto, na altura em que foi selado, fui para o Ministério do Trabalho tentar saber porque tinha sido selado. Ninguém me soube dizer. Andei lá todo o dia. Só às 8 horas da noite soube que tinha sido selado por ordem do ministro Tomás Rosa. Passado pouco tempo, no ministério do M. Curto, ele garantiu-me que no dia seguinte o estabelecimento seria des selado. Depois vim para aqui informar os trabalhadores. Fomos embora, mas no outro dia viemos ver e estivemos aqui até ao meio-dia. Ninguém nos disse nada. Falámos com os polícias... tudo porreiro. Ao meio-dia chega ali um polícia e começa a gritar com o pessoal; para tudo desaparecer dali. Eu estava sentado na soleira da porta e ele disse-me para ir dali para fora, ao que eu respondi que era empregado da firma e que estava ali para saber porque é que a porta estava fechada. Entretanto o oficial de dia disse-me: "Oh! pá sai daí. Vamos embora".

Eu saí e fomos almoçar e à tarde voltámos para explicar à população o que se estava a passar.

COMBATE - A população juntava-se para tentar saber o que se estava a passar?

Trab. - Pois. A população juntava-se e perguntava: "Mas, então, o que se passa?" Sempre havia as reacções que diziam: "Ah! Querem roubar a casa do patrão..."

Eu é que já estava a ficar danado e resolvi ir para o sindicato fazer comunicados e distribuí-los. Mas demorei-me muito e quando cheguei já o pessoal tinha ido todo embora. Estavam por lá uns 100 polícias que ofereciam porrada ao pessoal e o pessoal foi-se embora. Venho a encontrar uma moça que trabalha ali com o marido e deilhe uma quantidade de comunicados para distribuir. Também encontrei o cozinheiro e disse-lhe: "Vamos pôr ali um na porta". Coloco o comunicado na porta, quando vem de lá um polícia e começa a gritar comigo: "Já lhe disse desapareça".

"Oíça lá, oh amigo, julga que está a falar com algum animal? Está a falar com uma pessoa humana. Se não quer que eu coloque o comunicado, sim senhor, eu não coloco..."

"Já lhe disse que desapareça", disse o polícia. "Se quer que eu desapareça, eu desapareço".

Vem outro polícia, não diz nada e começa a dar-me porrada. Eram mais de

CAFÉ S. CARLOS

20 a baterem-me e levaram-me de rastos para a esquadra. Lá levo porrada e da forte. Depois vou para o governo civil, vou para a judiciária e vou responder ao juíz. Acusaram-me de ter dito que naquela noite iamos arrumar com 4 ou 5 polícias, quando eu não disse uma única palavra. Fui absolvido. O próprio juiz disse que tinha sido uma provocaçãozinha.

Aquilo foi um processo que correu e foi a tribunal. Respondi no dia 7 e fiquei absolvido.

COMBATE - Disseste, no início, que o Ministério do Trabalho sempre tinha estado ao vosso lado. Neste caso é certo que não esteve ao lado do patrão, mas também não vos defenderam activamente...

Trab. - Foi exactamente no dia em que eu estive preso que o M.T. mandou reabrir o estabelecimento. A partir dessa altura o M.T. esteve mais ao nosso lado.

COMBATE - Foi por ordem do M.T. que as portas foram seladas?

Trab. - Sim, o M.T. fez isso para garantir trabalho aos trabalhadores. M. Curto mandou-as deselar e nós viemos então trabalhar.

COMBATE - Qual foi a actuação do sindicato face à vossa luta?

Trab. - O sindicato tem-nos ajudado, tem-nos apoiado. Ele agora até já aqui um dirigente para nos ajudar. Não temos nada a dizer do sindicato.

COMBATE - Acha que o sector hoteleiro é um bom sector para a autogestão?

Trab. - Acho que sim. O sector da hotelaria é uma coisa que em autogestão dá sempre, desde que os trabalhadores queiram. Ninguém pode passar sem comer e sem beber, portanto é um sector fácil. Apesar das coisas agora estarem muito caras, isto dá sempre.

COMBATE - Como é que vocês pensam continuar daqui para a frente? Se o patrão viesse, vocês aceitavam-no e adoptavam o controlo operário? Se não vier como pensam continuar: continuar em autogestão ou fazer uma cooperativa?

Trab. - Se chegarmos a um acordo com o patrão para fazermos uma cooperativa, para garantir o trabalho de todos os trabalhadores, vamos para isso.

COMBATE - Achas a cooperativa a melhor forma de mentalização dos trabalhadores?

Trab. - Acho que sim. A cooperativa dá-nos segurança. Assim os trabalhadores pensam que os patrões já não voltam mais. Nesta forma ainda estão indecisos. Com a cooperativa já têm a garantia de não levarem um pontapé um dia.

Comunicado do "Comité de Informação sobre os detidos dos ex-GARI"

Este um de Janeiro de 77 marca o início do terceiro ano de prisão preventiva de três membros dos ex-GARI (Grupos de Acção Revolucionária Internacionalista).

A partir de Março de 76 o seu processo passou para tribunal, esperando assim o Poder despolitizar o seu caso!

A instrução do processo está agora praticamente terminada, mas ignora-se ainda se o Poder lhes quer instaurar um processo (que demoraria ainda mais seis meses?) ou se aguarda uma situação favorável para lhes conceder a liberdade provisória.

Quanto aos três detidos... sentem-se um pouco esquecidos pelo movimento revolucionário em geral e libertário em particular, e refêns da política "anti-terrorista" do Poder. Esperam, apesar disso, por uma verdadeira solidariedade revolucionária que seja, antes de mais, um aprofundar da crítica (teórica e prática) revolucionária (crítica radical e global do capital e do Estado sob todas as suas formas).

O aspecto jurídico é para nós secundário, mas como temos de o utilizar para efeito de pressão, pode escrever-se ao juiz de instrução:

M.Guy PIA
Palais de Justice
75 PARIS

MARTIN
B.P. 4098 - 31030 TOULOUSE
FRANÇA



Solidariedade com os ex-G.A.R.I.

Para solidariedade "moral", podemos escrever aos três membros do ex-GARI:

- Michel CAMILLERI
- Mario INES TORRES
- Jean-Marc ROUILLAN
Prison de la Santé
42, Rue de la Santé
75014 PARIS

O Comité de Informação sobre os detidos dos ex-GARI recebe correspondência na morada seguinte:

Continua a luta anti-militarista em França e na Alemanha Vinte soldados Franceses presos

Uns vinte soldados franceses, pertencentes à Guarnição Landau (Renânia-Platinado), foram detidos pela polícia militar francesa, em 18 de Novembro último, por actividades em comités clandestinos de soldados e difusão de "jornais de soldados". Catorze continuam presos, indicaram de fonte militar francesa.

As ligações entre os comités de soldados e o exterior, indica a mesma fonte, são asseguradas por uma organização alemã, denominada "GIM" (Grupo da Internacional Marxista). O "GIM" também participa na difusão de jornais de soldados. Um deles, "LE BOEUF VOIT ROUGE", pediu recentemente "a retirada das tropas francesas das bases fora de França, e a das forças francesas da Alemanha, forças adjuntas ao exército americano e às da OTAN, para a defesa do mundo supostamente livre e para a guerra entre os dois blocos".



TEATRO INDEPENDENTE LUTA CONTRA A POLITICA "CULTURAL" DA S.E.C.

"Os Cômicos", Grupo de Teatro, têm mantido ao longo da sua existência uma dura luta pela sua subsistência como grupo de teatro alheio às pressões partidárias e do poder estabelecido.

Na época transacta, aquando da atribuição de subsídios insurgimo-nos contra a ingerência paternalista do poder constituído na gestão interna do nosso Grupo e ao vencermos essa barreira tínhamos confirmado o princípio da democraticidade interna contra qualquer forma de dirigismo.

(...)
A coberto da política de austeridade retiram 25% ao subsídio de Agosto, 50% ao subsídio de Setembro, 40% ao subsídio de Novembro. Compreendemos porque preferem eles fazer o controle económico em vez de uma planificação laboral consequente e de acordo com a produção dos diversos núcleos. Ao retirarem-nos parte dos subsídios destroem a nossa própria planificação (...).

(...) O desconhecimento total dos problemas reais do Teatro Português por parte do Conselho Sectorial, obrigaria, se fosse posto em prática, à comercialização da actividade teatral, negação imediata da produção-fruição da Cultura de um Povo, já que é a partir do contacto com as populações e para elas que estes grupos têm trabalhado. Absurdo, para quem sempre lutou por um Teatro vivo, actuante, didáctico ou de pesquisa.

(...)
Ao abrigo das normas criadas, permite-se aquele CST da SEC poder debruçar-se sobre "casos omissos ou especiais", à sombra dos quais já se cometem toda a espécie de arbitrariedades. Permite-se também, julgar sobre a democraticidade dos espectáculos apresentados. Não fosse a anticon-

titucionalidade do propósito, gostaríamos de observar a prática deste julgamento censório-pluralista.

(...)
Não quiséssimos nós recusar a nossa participação num teatro comercial e não nos envolveríamos numa luta com o poder estabelecido quando este a fim de garantir esse mesmo poder deixa antever a defesa da ideologia dominante na sociedade de consumo e ataca (sem ouvir os trabalhadores) as únicas estruturas existentes; algumas das quais, que pela sua experiência e combate, são já motivos (decerto os únicos) para a existência e combate (decerto os únicos) para a existência de um Teatro Português no momento.

"Os Cômicos" perguntam:
"Para quando uma política cultural despida de manigância e equilibrismo partidário-pluralistas que nada (ou muito?) tem a ver com a luta de classes?"

Para quando nos garantem a possibilidade de um trabalho planificado, proflúo e mínimamente seguro em vez de andarem a brincar às escondidas "culturais"?

Ou vamos ficar eternamente com a venda nos olhos porque alguns meninos gostam muito dos jogos da Cabra Cega?

Para quando uma perspectiva socialista do Teatro, que o reconheça como serviço de utilidade pública?

Mas a recusa unânime que os trabalhadores de teatro das estruturas já existentes fizeram ao despacho anti-teatro da SEC em 30 de Outubro de 1976 não é uma posição isolada.(...)

(...) O atropelo ao direito à cultura (...) é mais uma das formas anti-populares do momento(...).
(extractos do comunicado)



CAMARADA! COLABORA NA DIFUSÃO DO "COMBATE": Promove a sua distribuição arranja novos assinantes

A evolução da luta de classes em Portugal, com o aparecimento de novas formas de substitucionismo à actividade da classe operária, algumas a coberto de ideologias que se reclamam precisamente da autonomia da acção; e o próprio aprofundar da nossa experiência -- levaram-nos a repensar a forma de elaboração do jornal.

Este número aparece já com um novo critério. Procurámos uma maior integração das análises nas entrevistas, que sirva de base a uma intervenção nossa mais activa.

A remodelação do jornal insere-se num repensar mais geral da nossa actuação e da plataforma que nos une. Será muito em breve publicado o SEGUNDO MANIFESTO DO COMBATE, onde procuramos relacionar esta nova forma do jornal com os novos objectivos que nos propomos levar a cabo e com os novos pontos da nossa plataforma básica.

CAMARADA:

Este jornal não tem outra base financeira senão os seus colaboradores e os seus leitores.

Procura difundir o jornal e arranjar novos assinantes.

Mantém a tua assinatura em dia!

Alguns livros sobre autogestão

- OS ANARQUISTAS E A AUTOGESTÃO (extraído da revista "Autogestion et socialisme") - pub. DOM QUIXOTE
- A AUTOGESTÃO Yvon BOURDET e Alain GUILLERM Pub. DOM QUIXOTE
- O QUE É A AUTOGESTÃO Daniel CHAUMEY Ed. 70
- A AUTOGESTÃO À PROVA Milojko DRULOVIC Ed. SEARA NOVA
- AUTOGESTÃO E DIALÉCTICA Maurice MONTUCLARD Cadernos Paisagem
- AUTOGESTÃO Jugoslávia*Checoslováquia Textos BASE

- DA GREVE SELVAGEM À AUTOGESTÃO GENERALIZADA Ratgeb Ed. Assírio e Alvim
- ANARCOSINDICALISMO E AUTOGESTÃO René BERTHIER Ed. A BATALHA
- 100000 RELÓGIOS SEM PATRÃO - PROCESSO LIP François Henri de VIRIEU Ed. ASSÍRIO e ALVIM
- INFORMAÇÃO E AUTOGESTÃO René HESS; Yves DURIEU e Y. BOURDET Cadernos Paisagem
- AUTOGESTÃO, GESTÃO OPERÁRIA, GESTÃO DIRECTA Maurice JOYEUX Ed. A BATALHA
- OS BOLCHEVIQUES E O CONTROLE OPERÁRIO Maurice BRINTON Ed. AFRONTAMENTO

Podes encontrar estes livros nas Livrarias CONTRA A CORRENTE.

QUERO ASSINAR O "COMBATE" DESDE O Nº ...

1 ano (12 números)	100\$00
6 meses (6 números)	50\$00
Apóio (anual) mínimo	120\$00
Europa (anual)	200\$00 (por avião)
USA (anual)	250\$00 (por avião)

QUERO VENDER ... EXEMPLARES DO "COMBATE" MORADA ...

Junto envio\$...

(Todos os cheques e vales postais devem ser enviados em nome do director)

Porque libertam os pides? para não prender os Generais

Durante os quarenta e oito anos que durou o regime de Salazar e Marcelo o exército foi, tal como a Pide, um dos pilares fundamentais das instituições. Essa colaboração entre a Pide e os militares estreitou-se mais ainda durante os treze anos da guerra colonial.

Factores vários -- a expansão da luta dos povos das colónias, a crise das instituições e da economia capitalista portuguesa, a resistência do movimento proletário em Portugal contra a guerra colonial -- levaram o capitalismo à mudança de regime e a aceitar a descolonização. Mas nunca, em qualquer momento, qualquer dos chefes militares procedeu à crítica efectiva da guerra colonial. Critica-se, quando se critica, o colonialismo de Lisboa -- mas sempre com elogios àqueles que na frente de batalha defendiam, com muito ferro e mais sangue, esse colonialismo. Que não é Veloso quem leva avante tal crítica, ninguém ignora. Todos sabem também que Eanes invoca o valor da guerra para a formação do que ele entende ser a personalidade do indivíduo. E, para os que depressa esquecem, é de reter o que Otelo escreveu sobre o papel "progressista" do exército nas colónias. (*)

Os pides puderam assim, desde o próprio momento do 25 de Abril, apresentar aos militares auto-promovidos a revolucionários a chantagem bem clara: se os oficiais denunciarem os pides, estes denunciariam a colaboração dos oficiais com a Pide. Colaboração na metrópole. Colaboração mais ainda nas chacinas coloniais.

Foi por isso que, sucedendo-se os dirigentes das "comissões de extinção" ao sabor das várias equipas que alternavam no poder, a política de todos eles relativamente aos pides foi uma só: a conciliação.

Foi Galvão de Melo quem pactuou com os pides na Penitenciária. Foram Rosa Coutinho, Judas e Nápoles Guerra, a libertar às ocultas os pides detidos em Alcoentre. Foram Sousa e Castro e Ribeiro Faria a libertarem praticamente todos os que restavam ainda presos. Foram todos eles a não prosseguir os inquéritos, a boicotar as instruções dos processos. Todos eles coniventes. Todos eles protegendo os pides, tanto quanto possível, para se protegerem a eles.

E é por isso que, agora, os senhores oficiais juizes nos tribunais militares mandam os pides em liberdade, na paz do regime, no esquecimento que se pretende criar do que foi a verdadeira acção do aparelho repressivo do Estado -- de que Pide e exército foram instrumentos maiores.

O poder é como as cerejas. Puxa-se por uma, vêm todas. Cautelosos, os oficiais que nos governam e os que gostariam de nos governar não puxam por nada. Protegem os pides para se protegerem a eles.

(*) "Cadernos Portugália: (...) quando assumiu a chefia da Comissão de Desmantelamento da Pide/DGS (...) teve de fazer grandes modificações relativamente ao estado de coisas criado pelo general Galvão de Melo?

Otelo Saraiva de Carvalho: Olhe que não."

Otelo Saraiva de Carvalho, Cinco meses mudaram Portugal, Portugália Editora, Lisboa 1975, p.48.

"Otelo Saraiva de Carvalho: (...) para que façamos aqui a obra extraordinária que fizemos no Ultramar, ao longo de treze anos em prol do desenvolvimento das populações nativas dentro das limitações que tínhamos. Foi, de facto, extraordinária a acção desenvolvida pelas Forças Armadas em Moçambique, Angola e Guiné, de 1961 a 1973. (...)"

ib., pp. 62-63.